

A re-invenção do lugar

na proposta sobre dois aldeamentos avieiros



Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura
apresentada ao Departamento de Arquitectura da FCTUC em Junho de 2013
sob a orientação do Professor Doutor António Manuel Portovedo Lousa
Joana Domingues Orêncio

A re-invenção do lugar

na proposta sobre dois aldeamentos avieiros

*Ao professor António Lousa pela orientação;
ao professor Raimundo Mendes da Silva pela prestabilidade;
ao senhor João Serrano pelo seu olhar de coragem e motivação;
aos pescadores avieiros pela generosidade e humildade;
à Marta, Lara, Liliana, Fátima e aos meus pais pelo trabalho em equipa nos levantamentos;
às miúdas da mansão pelas estadias lá em casa;
à nocas, Olga, Lara, Joaninha, Liliana, Vânia, Carolina e Susana pela ajuda e palavras de incentivo;
à “malta” pela amizade ao longo destes anos;
e em especial à minha família,

o meu sincero agradecimento.*

SUMÁRIO

11	INTRODUÇÃO
21	DEFINIÇÕES
29	MEMÓRIA NA ARQUITECTURA
31	a Europa e o caso português na primeira metade do século XX
35	a memória na arquitectura
39	re-inventar essa memória
49	como re-inventar essa memoria
57	AVIEIROS
59	origens
63	a sua arquitectura
71	análise territorial
	localização e desenho do território
	hidrografia
	clima
	pontos estratégicos
	tipologias de implantação
	assentamentos identificados
97	Casos de Estudo
	Patacão de Cima
	Escaroupim
115	PROPOSTA
117	pertinência da proposta
117	a experiência do lugar
119	proposta
	Patacão de Cima
	Escaroupim
143	NOTAS CONCLUSIVAS
151	BIBLIOGRAFIA
165	FONTE DE IMAGENS
169	ANEXOS

Só se ama aquilo que se conhece.

Helena Roseta ¹

1 Roseta, H. (2006). *Inquérito à Arquitectura do Século XX em Portugal*. p. 14.

INTRODUÇÃO

Depois de um ensino em arquitectura levado por uma série de projectos muito abstractos, fui confrontada com um olhar para uma realidade muito específica na cadeira *Townhouse in a Foreign Culture*, que fiz durante o programa Erasmus, no ano lectivo 2010/11. Esta cadeira tinha como objectivo a elaboração de um projecto de arquitectura com programa à nossa escolha, na cidade de Lhasa, no Tibete. Para isso tive a oportunidade de passar dois meses naquela região, em que metade desse tempo foi gasto em viagens e investigação sobre a cultura tibetana. Era imperativamente importante conhecer o contexto antes de propor qualquer tipo de projecto. Foi muito interessante sair dos livros da biblioteca e dos esquissos do estirador para ir ao terreno conhecer as pessoas, os seus hábitos e vivências, de forma a poder perceber aquela realidade e o que realmente ali era necessário. Tive de aprender a interpretar essas necessidades pela análise do contexto, através de avaliações que iam desde o estudo urbano ao contacto directo com o interior das habitações e com diferentes realidades familiares. O projecto partiu das reflexões dessas avaliações e teve um importante

papel no confronto entre aquilo que a nossa formação ocidental podia oferecer numa realidade completamente diferente e tão específica. Foi a experiência no local que me fez perceber o quão importante é esse confronto com a realidade na prática de arquitectura, porque é daí que o projecto se adequa à realidade inserida.

Era importante para mim, nesta dissertação, ter um pedaço escrito e de reflexão sobre aquilo que acredito na arquitectura, de forma a poder confrontar-me com alguns aspectos que defendo. Para isso, era importante poder ter uma situação real de projecto para fugir às abstracções programáticas que tive ao longo do percurso académico, e para pôr em prova esses aspectos que defendia em teoria. Queria renovar a minha consciência e responsabilidade social, tal como Octávio Filgueiras propõe aos seus alunos na década de 60 na Escola de Belas Artes do Porto com a cadeira de arquitectura analítica. Filgueiras punha-os face a realidades concretas para lhes inculcar uma renovada consciência e preparar para uma correcta profissionalização. Foi isso que procurei também.

Se no início pensei que o melhor seria ir para um país em desenvolvimento, pelo choque de culturas e para poder trabalhar num contexto de comunidade com um fim muito útil e prático, depressa me apercebi que em Portugal ainda há muito que desconheço e sobretudo muito onde os arquitectos têm que reflectir e actuar. Isso ganha mais pertinência nesta altura em que o país parece parado pela crise económica que se instalou porque as necessidades são evidentes e muito é preciso ser feito. Acabei por encontrar a oportunidade que achei adequada para esse fim muito facilmente.

Em Setembro de 2011, no encontro internacional dos Arquitectos Sem Fronteiras (ASF) em Lisboa, fez-se uma reflexão sobre o papel da arquitectura na sociedade e na qualidade do habitat humano. Vi, nos projectos apresentados,



1. durante os levantamentos (fotomontagem)

um carácter social e humano que me interessou bastante e por isso aproveitei para, de acordo com as suas necessidades, os poder ajudar e associar um projecto prático a esta dissertação.

Acabei por achar muito interessante trabalhar sobre a Cultura Avieira, que está neste momento num processo de candidatura a património nacional imaterial e da Unesco. Os Arquitectos Sem Fronteiras de Portugal (ASFP) estão a trabalhar especificamente sobre o património material dessa cultura e necessitam de ajuda no processo de reabilitação dos aldeamentos. Estes são constituídos por casas de madeira elevadas do solo, construídas por pescadores no anos 70/80 ao longo do rio Tejo e rio Sado. É um património riquíssimo que está a desaparecer devido à precariedade das suas construções e falta de uso. É, portanto, urgente e muito pertinente fazer levantamentos do material construído de forma a registar os locais em desaparecimento para ganhar ferramentas para a elaboração de projectos de reabilitação dos espaços.

Foi a partir dessa oportunidade que este presente trabalho ganhou forma e duas componentes essenciais. Uma teórica, que procura uma reflexão que completa a experiência e realidade vivida e, uma outra prática, de projecto que condensa algumas das conclusões geradas ao longo deste processo.

Como metodologia visitei a maioria dos aldeamentos e selecionei dois que achei pertinentes para trabalhar em projecto. Elaborei os levantamentos dos aldeamentos Patação de Cima e Escaroupim - o primeiro em parceria com a minha colega Lara Borges que também propõe um projecto para o mesmo local na sua tese de mestrado. Fiz, durante quase todos os meses até aqui, visitas aos locais, de forma a perceber a morfologia dos mesmos durante as diferentes estações do ano e a sua evolução ou degradação com o passar do tempo. Durante todo este processo houve uma aproximação aos locais, às pessoas que os habitam,



2. viagens pelos aldeamentos

às pessoas que estão envolvidas neste processo de candidatura e às autarquias e entidades públicas envolvidas. Isso ajudou-me a encontrar as ferramentas para resolver diferentes frentes de projecto. Houve uma aproximação teórica e de análise sobre a cultura aveira para entrar no processo de projecto, que foi acompanhado pela leitura de alguma bibliografia sobre intervenção em património e metodologias de trabalho adoptadas em casos semelhantes.

Durante o processo de projecto o entendimento e paixão que ganhei pelos locais foram moldados pela ideia de os reinventar, deixando-os sobreviver ao tempo - a partir da beleza da sua arquitectura, da tranquilidade da natureza envolvente e pela riqueza das suas tradições. Foi essa a intenção de todo o trabalho e daí que partiu o título desta dissertação. “Re-inventar o lugar” a partir de uma perspectiva diferente daquela que hoje vemos e que está a deixar morrer esta cultura.

No primeiro capítulo começa-se por fazer uma análise da primeira metade do século XX, pela Europa e pelo caso português, para chegar à conclusão que a arquitectura não se deve desassociar das raízes e camadas, porque é essa memória que confere a identidade dos locais. Esse é o ponto de partida para uma pequena reflexão sobre os desafios da arquitectura nos dias que correm porque, mais do que construir de novo, deve haver uma readaptação e reinvenção da arquitectura já existente. O modo de viver e construir os espaços deve ser redefinido e os arquitectos têm que se reposicionar.

No segundo capítulo a atenção é focada sobre o tema do património avieiro, a partir de uma perspectiva arquitectónica. Depois de estudar as suas origens, partiu-se para uma análise territorial sobre todo o património avieiro espalhado ao longo do rio Tejo. Foi importante compreender a arquitectura desta cultura desde a sua implantação no território até à sua escala de construção, passando

pela compreensão das dinâmicas de cada aldeamento de forma a ganhar bases para o projecto que se seguia.

O terceiro capítulo apresenta a proposta prática de intervenção sobre esses dois aldeamentos avieiros, um desabitado e outro habitado, o que desenha realidades completamente diferentes. Foi muito interessante desencadear uma reflexão sobre essa dicotomia para perceber as formas de actuar perante a realidade avieira. Durante o capítulo são relatadas experiências deste processo, o contacto com o local, com as pessoas, as percepções e paixões desenvolvidas que não se limitam ao campo arquitectónico.

Deparar-me com limitações reais, gerir diferentes frentes, conhecer pessoalmente o público-alvo, foram características que queria que fizessem parte desta reflexão para me aproximar da realidade de uma prática que levarei por aqui em diante. Dar o salto para uma realidade que precisa de estratégias dinamizadoras do espaço existente foi a oportunidade que achei adequada para abrir os meus horizontes e transformar a minha maneira de ver os locais como arquitecta.

DEFINIÇÕES

Esta primeira parte dedica-se a esclarecer algumas terminologias que serão abordadas ao longo do trabalho de forma a possibilitar uma comunicação e discussão objectiva sobre o tema de intervenção em património. Estas definições não são irrevogáveis, apenas ajudam e ajudarão a compreender o leque de opções que existem em torno desta temática e que foram importantes para tomar consciência das imensas opções.

A partir de uma reflexão feita em *Para uma terminologia da disciplina de protecção do património construído*, pelo arquitecto e professor António Nunes Pereira, parti também para a distinção entre dois grupos, um deles no conceito de Protecção e Salvaguarda e outro de Intervenção. A Protecção e Salvaguarda do património assenta sobretudo em actuações sobre o objecto/conjunto histórico construído, como forma de assegurar a sua existência futura. Da Intervenção resultam alterações consideráveis do existente, sendo que é um conceito bastante vasto, com muitas opções de intervenção. Dentro do conceito de Protecção e Salvaguarda destacam-se quatro formas de actuação.

A manutenção que é o acto de manter o objecto construído, prevenindo-o de danos e garantindo o seu bom funcionamento. Pode ser feita por qualquer

indivíduo e consiste em medidas de limpeza contínua e inspecções regulares que permitam localizar eventuais danos no edifício.

A conservação ou preservação que têm por objectivo “retardar o processo de degradação de um edifício e, por consequência, prolongar o tempo da sua existência, sem contudo modificar a substância construída original histórica. Em acções de conservação são, por isso, mantidos os vestígios de envelhecimento e os elementos fragmentários de uma edificação.”²

A reparação com o intuito de reparar, “aplica-se à superação de danos técnicos num edifício e implica quase sempre uma substituição parcial da substância construída, quer de um edifício, quer de um elemento arquitectónico”³ muitas vezes destruídas pela deficiente manutenção.

A consolidação é o “restabelecimento ou reforço da capacidade de suporte estático de materiais ou de estruturas construtivas. Obras de consolidação têm por objectivo evitar a deformação perigosa ou mesma a derrocada de estruturas edificadas ou a desintegração de materiais construtivos.”⁴

Já dentro do conceito de Intervenção as opções mudam a sua intenção e apresentam um vasto leque de opções porque têm outro grau de profundidade e complexidade.

O restauro é uma restituição do estado original ou de um outro posterior à edificação que tenha sido alterado em épocas seguintes. Tem dois objectivos “restabelecer a unidade de edificação do ponto de vista da sua concepção e legibilidade originais e acentuar os valores artísticos e históricos de um edifício”⁵

Na renovação há uma reconstituição das qualidades estéticas degradadas

2 Pereira, A. N. (Nov./Dez. 2003). *Jornal dos Arquitectos*, 213, p. 28.

3 Ibid. p. 29.

4 Ibid. p. 29.

5 Ibid. p. 29.

pelo envelhecimento das superfícies de um edifício garantindo que o edifício readquirira a sua imagem perdida, a partir de conceitos do projecto original ou outros novos.

A reconstrução “significa construir novamente, ou seja, construir um edifício ou partes de um edifício em substituição de um outro desaparecido ou de partes desaparecidas.”⁶ Engloba outros três termos mais específicos:

A cópia que é uma “réplica exacta de um edifício ou elemento decorativo original existente”.⁷

A reconstituição “é uma réplica formal conjectural o mais exacta possível de um edifício ou de um elemento edificado ou decorativo original desaparecido”⁸ feita quando há fontes suficientemente consistentes sobre o edifício a reconstituir.

A anastilose “consiste no único tipo de reconstrução em que o resultado tem algum valor patrimonial. Trata-se da reconstrução, eventualmente parcial, de um edifício, usando elementos originais que se encontram desagregados da estrutura edificada. (...) mas uma vez que o mais frequente é existirem elementos originais de forma fragmentária, faltando inúmeras peças do referido puzzle, a anastilose é forçosamente acompanhada de outros métodos de reconstrução, nomeadamente do preenchimento de lacunas”⁹

A translocação envolve a desmontagem, remoção e remontagem dos elementos construtivos noutra local, fazendo-se uma deslocação com uma recolocação idêntica de todos ou quase todos os materiais esses elementos originais.

6 Ibid, p. 30.

7 Ibid, p. 30.

8 Ibid, p. 31.

9 Ibid, p. 31.

Na reabilitação há uma regeneração, restabelecendo o que estava destruído. Devolve ao “edifício ou conjunto urbano ou rural a sua capacidade de ser utilizável, ou seja, de o tornar habilitado a funcionar novamente.”¹⁰ A reabilitação pode implicar uma alteração do tipo de programa original fazendo com que o património em intervenção tenha que suportar mais ou menos exigências funcionais e técnicas.

A remodelação é uma “intervenção no património da qual resulta uma alteração formal e construtiva do existente, frequentemente como consequência de uma adaptação a um edifício a nova utilização.”¹¹

A ampliação é uma intervenção que é uma adição à substância histórica.

A reinterpretação é o “reformular formal de elementos históricos (existentes ou desaparecidos) como base de projecto para uma obra de reconstrução ou ampliação.”¹²

10 Ibid. p. 31.

11 Ibid. p. 32.

12 Ibid. p. 32.

MEMÓRIA NA ARQUITECTURA

Não se pode reconhecer a arquitectura como mundo objectivo, para além de uma intenção e de um projecto. O que não significa que a mesma se tenha de manifestar em termos de um estilo unitário para o qual remete a face de um país. A arquitectura não é só o que se manifesta e se oferece aos olhos. Não é só feita do que se vê. A própria terra e as próprias pedras constituíram, no tempo, realidades diversas e atravessaram épocas longínquas. Há nas coisas uma continuidade potente e secreta que o olhar não colhe. Tempos antigos e civilizações remotas só aparentemente se apagaram e desapareceram da terra. Na realidade, vivem no presente, dele sendo parte constituinte. Vivem nas heranças da sociedade, nos sinais da paisagem, nas formas das cidades. (...) Entre contradições e diferenças, a arquitectura portuguesa é uma das que tem vindo a procurar, com obstinação, uma base identitária. Aí reside a sua riqueza, aí vive o seu possível futuro.

Daniele Vitale¹³

13 Vitale, D. (Out./Dez. 2009). *Jornal dos Arquitectos*. 237, p. 101.

A consciência ganha na primeira metade do século XX

A década de 1920 foi marcada por profundas mudanças e revisões urbanas pela Europa que foram afirmadas pelo Movimento Moderno, realizando-se sob esse contexto em 1933 o IV Congresso Internacional de Arquitectura Moderna (CIAM) que tinha como tema central a Cidade Funcional. Deste congresso é editado, em 1941, a Carta de Atenas, um dos mais célebres escritos de Le Corbusier, que dividia a cidade em várias áreas segundo as suas tipologias – residência, trabalho, circulação e lazer - incitando uma sectorização do espaço, que desenhava uma cidade em que o seu carácter e densidade tradicional era substituído por princípios de funcionalidade e formalidade. Num contexto de alta industrialização e numa Europa destruída pela segunda Grande Guerra, os pressupostos modernos foram a base de desenvolvimento das cidades.

Nesse desenvolvimento da Europa pós guerra, que se via confrontada entre a opção de uma reconstrução massiva das cidades e território destruídos ou uma reaproximação ao gosto comum através da relação dos ideais modernos e da tradição local, o tempo acabou por revelar as fragilidades da Carta de Atenas. Com o aumento da natalidade e sucessiva necessidade de alojamento nas cidades, as pessoas acabaram por aproveitar a dispersão urbana dos sectores da cidade ocupando informalmente os espaços surgindo dessa forma a “cidade clandestina legitimada pela ocupação dos vazios da cidade-jardim; (...) urbanidade espontânea, que se transportou para a cidade contemporânea.”¹⁴

Na década de 60 surgem considerações críticas e são postos em causa os valores universais defendidos pelo Movimento Moderno. A sectorização de funções da cidade moderna gerava uma monotonia e empobrecimento do ambiente urbano sendo que era necessária uma mistura de funções, revisão das redes viárias e

14 Pereira, J. I. C. (2011). *Espaços Residuais Urbanos: os baixios dos viadutos*. p. 39.

densificação das construções. O tempo que passou sobre os ideais modernos ajudou a perceber que estes não respondiam às necessidades da complexa rede urbana e chegava-se à conclusão que a cidade não podia ser demasiado planificada, que apenas se deviam ter em conta os seus limites. Como defende Aldo Rossi em 1966 no livro *A Architectura da Cidade*, “com o tempo a cidade cresce sobre si mesma; adquire consciência e memória de si própria. (...) Na sua construção permanecem os motivos originários, mas ao mesmo tempo a cidade esclarece e modifica os motivos do seu próprio desenvolvimento.”¹⁵

Portugal nos anos 20 e 30, periférico e neutro no contexto da Grande Guerra, com os ideais modernos filtrados pelo regime salazarista, desenhava-se um país à imagem tradicionalista e conservadora do Estado Novo - realizada no campo da arquitectura por Raul Lino e com uma renovação simbólica a partir dos ideais não aprofundados do Movimento Moderno para actualização da sua imagem. No entanto, nos anos 40, há uma mudança importante na cena arquitectónica. Surgem resistentes contra a arquitectura do poder em defesa dos princípios da arquitectura moderna, em 1946 o grupo Iniciativas Culturais Arte e Técnica (ICAT) em Lisboa e em 1947 no Porto, a Organização dos Arquitectos Modernos (ODAM). Estas acções de resistência ganham mais expressão no I Congresso Nacional de Arquitectura Portuguesa, promovido pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos (SNA) em 1948 onde se manifesta uma classe de arquitectos moderna, consciente e crítica, contra a arquitectura do poder e capaz de analisar os problemas de ordem social e económica da arquitectura nacional. Foi uma época de desconstrução de temas que haviam sido manipulados pelo regime e pelos arquitectos mais conservadores.

Nesse contexto, Fernando Távora e Keil do Amaral foram duas peças decisivas. Távora já tinha escrito em 1945 *O Problema da Casa Portuguesa*,

15 Rossi, A. (1966) *A Architectura da Cidade*. p. 192.



3. memórias no Patacão

onde demonstrava a sua revolta contra a arquitectura de fachada do poder e defendia que a história apenas teria interesse se fosse utilizada em termos de futuro, sugerindo para isso um estudo detalhado das casas antigas e populares portuguesas. Achava que na arquitectura vernacular se podiam encontrar grandes conhecimentos tanto construtivos como de organização espacial adaptados ao nosso território português. Dois anos mais tarde, em 1947, Keil do Amaral reforça essa ideia com o artigo Uma Iniciativa Necessária, na revista Arquitectura, onde sugere, com alguma urgência, uma aproximação e um estudo da arquitectura popular portuguesa.

Em 1955, altura em que eram evidentes as fragilidades da Carta de Atenas e que surgiam gerações de arquitectos com um olhar crítico e atento à problemática do urbanismo moderno, inicia-se em Portugal o Inquérito à Arquitectura Popular que pôs fim à Casa Portuguesa de Raúl Lino e que levou a um entendimento da arquitectura portuguesa a partir do local. Ao contrário do que o Regime esperava o Inquérito revelou uma arquitectura portuguesa que variava consoante o território onde se implantava. O Inquérito “uniu os princípios modernistas à arquitectura simples da Europa meridional. O cubismo mediterrânico foi transformado num vernáculo abstracto. A *terceira via* construiu, assim, uma ponte entre o purismo radical da Europa mais setentrional e as necessidades climáticas e construcionais específicas de Portugal”.¹⁶

A memória na arquitectura

Percebe-se pela leitura da primeira metade do século XX, não ter havido um estilo predominantemente forte para ser defendido por todos os arquitectos e conscientemente estruturado para se adaptar à situação moderna em permanente

16 Wang, W. (2006). *Inquérito à Arquitectura do Século XX em Portugal*. p. 45.

mudança. Se pela Europa do pós guerra, a arquitectura moderna se teve que adaptar às informalidades das ocupações e reescrever-se de acordo com erros que se liam dos seus ideais; em Portugal o Movimento Moderno ganhou riqueza e relevância quando a partir dele e da aproximação à arquitectura popular houve uma fusão. Com o tempo decorrido percebeu-se a existência da cidade como teatro de profecia e da cidade como teatro de memória, tal como defendido por Colin Rowe e Fred Koetter no livro *Collage City*, publicado em 1978. Estes dois elementos, radical e conservador, perceberam-se essenciais no funcionamento da cidade, “ao mesmo tempo e declaradamente, uma vez que sem profecia não há esperança e que sem memória não pode haver comunicação.”¹⁷

Não é por ideais puramente formais ou ideologias de uma identidade universal que se mede a arquitectura - tanto as ideologias do Movimento Moderno pela Europa como a arquitectura do regime Salazarista se desenharam sobre um sentido vazio e pobre culturalmente porque passaram exactamente por estes pontos. É o fenómeno de justaposição, relação e contraste de formas, heterogeneidade de texturas e materiais nascidos do decorrer do tempo que dão à arquitectura uma dimensão fora daquela que é visível. São essas permanências e condicionantes que contam a sua história, que garantem a sua particularidade e ditam a consciência que é necessário ter sobre o mesmo. É sobretudo na relação dos espaços com as pessoas que os habitam e na leitura dos seus traços individuais que se encontram os traços realistas dos locais.

O fim do período revolucionário em Portugal originou a expansão de cidades e vilas do interior. As novas necessidades dos anos 80 e 90, revelaram-se numa arquitectura marcadamente vazia construída pelo poder económico e tecnológico o que desencadeou uma construção e destruição do território. Essas transformações implicaram um tomar de consciência para a valorização

17 Rowe, C., & Koetter F. (1981). *Collage city*, p.52 (tradução livre).

de paisagem e dos recursos naturais.

Juntamente com essa proliferação da arquitectura pelo país e pela sociedade, a partir de 1985 assiste-se a uma alteração qualitativa na forma como os arquitectos de maior empenho cultural exercem a sua actividade. A recuperação do património reforça a sua pertinência temática, num país com significativa memória do passado, monumental mas também vernacular, em que a reconversão de estruturas tem sido uma constante. Nesse quadro, com a Pousada de Santa Maria da Costa em Guimarães (1985), Távora sintetiza o seu percurso e abre um novo período na história da intervenção do património, trabalhando e usando a preexistência como matéria de projecto.¹⁸

Re-inventar essa memória hoje

A consciência da importância da requalificação do território tem sido hoje, novamente parte de muitos discursos, disciplinares e de senso comum, tem sido adoptado em programas políticos e estratégias administrativas e comerciais. O abandono e desertificação de alguns locais tem aumentado e levado à sua consequente degradação - nos centros urbanos e em zonas rurais, do monumento à casa do pescador - o que tem gerado muitas discussões entre gentes de diferentes áreas. Se por um lado é importante reflectir sobre isto porque com a perda do património morre um pouco do país, por outro, este tema, mais força ganha quando contextualizado neste momento de consciência e debate geral sobre o estado actual do país. A crise económica, instalada em Portugal desde 2010, está essencialmente a evidenciar a má gestão que se delineou até aos dias de hoje, a bolha rebentou de tal forma que deixou inúmeros investimentos de construção parados e investidores de mãos vazias. No entanto, em vez de baixar

os braços, é necessário extrair daí algumas lições com o que se passou, não só para evitar a sua repetição mas principalmente para ter a coragem de procurar novos rumos, abraçar novos desafios e arriscar novas atitudes. Se nesta época de crise e com um Estado descapitalizado não houver investimento no património, é necessário olhar e lutar por outras possibilidades. Existirão, com certeza, privados que o queiram fazer e caso não haja, é importante arranjar maneiras de conseguir uma requalificação dos espaços em baixo custo. É necessário gerar oportunidades para jovens empreendedores, para empresas privadas ou até para estrangeiros poderem investir no nosso património e dele fazer melhor uso. É isso ou mantê-lo fechado a sete chaves protegido de vandalismos.

O ordenamento territorial exigirá uma nova prioridade à remodelação e requalificação do tecido edificado. (...) Há uma ecologia do construído a descobrir. Poupar solo orgânico, poupar energia, poupar tempo de transporte, são necessidades cada vez mais vitais para conferir “sustentabilidade” à ocupação territorial. Sistema construído e sistema natural têm de voltar a harmonizar-se e a dialogar entre si. (...) A arquitectura deve ser cada vez mais encarada como um recurso e não apenas como uma “marca” territorial. No interior desertificado, em zonas urbanas deprimidas, nas periferias disfuncionais e feias, ela pode se, e em alguns casos já é, uma forma de atrair actividades, reinterpretar culturas, criar novas identidades e oportunidades de desenvolvimento local.¹⁹

Para se poder encarar a arquitectura como uma oportunidade de desenvolvimento é sobretudo necessário ter-se uma prática mais consciente e sustentável, seja em que contexto for. Isso passará, com certeza, pela abertura da arquitectura ao debate e não só entre arquitectos mas sobretudo com outras disciplinas e com a

19 Roseta, H. (2006). *Inquérito à Arquitectura do Século XX em Portugal*, p. 14.

população em geral. Como menciona Sergio Fernandez, a arquitectura hoje está na moda e está na moda pela imagem fundamentalmente e muito pouco pela substância. “Há uma sobrevalorização da imagem, e então já nada interessa, (...) nem sequer as pessoas para quem as casas ou os projectos são feitos.”²⁰ Caminha-se dessa forma num sentido abstracto, demasiado abstracto para uma disciplina que se diz de síntese e para as pessoas.

É necessário ter-se consciência das condicionantes não só físicas mas económicas e sociais de cada caso, procurar encontrar soluções sustentáveis e que possam ser continuadas pelos utilizadores, numa arquitectura de autor preocupada e cuidada. Para isso o arquitecto precisa de sair do seu estirador, uma vez que conhecer bem a realidade onde se vai intervir permite ter sólidos critérios que permitirão discernir aquilo que é melhor transformar, desaparecer ou mesmo apenas proteger. No caso de intervenções em locais habitados, como aglomerados rurais ou em zonas urbanas, é fundamental ouvir a experiência de quem o vive para se perceber as morfologias espaciais do mesmo e as suas reais necessidades.

Reaberto o debate, a partir dos anos 70, sobre a intervenção nos edifícios ou conjuntos de interesse patrimonial que se segue à aceitação da rigidez normativa da Carta de Veneza, paralelamente à criação de um cada vez mais complexo corpo de jurisprudência e elaboração de planos de salvaguarda sobre a defesa e valorização dos bens patrimoniais, tende hoje a considerar-se que cada caso é um caso e que a teoria da intervenção nascerá de cada circunstância nunca generalizável – circunstância de que fazem parte não só a expressão de individualidade de cada autor, como a obrigação ética de um rigoroso e exaustivo reconhecimento histórico e arqueológico do edifício a transformar.²¹

20 Fernandez, S. (2011). *Joelho*, 2, p. 89.

21 Costa, A. A. (2003). *Jornal dos Arquitectos*, 213, p. 9.

O processo em arquitectura condensa em si um conjunto de decisões tomadas numa linha de ideias comandadas pela razão, pela emoção e imaginação, num trabalho feito sobre a realidade mas assente sobre uma ideia abstracta. Quando somos confrontados com uma intervenção sobre o património há um corpo já existente, que é necessário equacionar e esse vai ser o zero por onde é necessário começar. Têm que se enfrentar tipologias e modelos originais, seleccionar características dissonantes que necessitam de ser clarificadas, interpretar evoluções e sobreposições de uso ao longo do tempo. Intervir sobre algo que já tem a sua identidade, que tem o seu espaço, adiciona mais variáveis ao dito processo. Dessa forma, uma análise exaustiva dos imóveis permite a definição de princípios e critérios de intervenção precisos porque o sítio e o existente são os instrumentos. É sobretudo “conseguir tratar o edifício existente por “tu”, isto é, estabelecer com ele uma relação íntima e equilibrada que nos impeça de lhe ser indiferente e nos estimule uma relação de respeito duradoura.”²² Para isso, precisamos, naturalmente, de viver, ler, experienciar, sentir o local e pô-lo à prova, o que carece de tempo.

Desse contacto dá-se uma forma real à existência da arquitectura e não apenas um conjunto dessas possibilidades abstractas – sente-se a presença do corpo no espaço, a luz, a textura dos materiais. Criam-se laços e posições a ser tomadas e o já existente em vez de ser limitador torna-se o ponto de partida, a rampa de lançamento para a imaginação. “A relação que podemos propôr para os edifícios ou para os lugares que consideramos notáveis oscilará, também entre a aposta arriscada e a confiança nascida da intimidade.”²³

Quando se fala em reabilitação ou remodelação parte-se do princípio que o mesmo poderá ter um novo uso, que poderá ter que se adaptar a outras

22 Quinta, A. L. (2005). *Revista Estudos/Património*, 8, p. 166.

23 Costa, A.A. (2003). *Jornal dos Arquitectos*, 213, p. 12.

realidades e programas. Nesse caso estar consciente sobre a realidade existente deixa, por um lado, uma linha muito directa sobre as possibilidades de actuação e, por outro, pode abrir outros caminhos para a sua dinamização. Sendo que, para isso, é necessário uma boa capacidade crítica e imaginativa por parte de quem actua. Uma parte interessante no repensar os espaços e dar-lhes novos usos é perceber o quão flexíveis estes podem ser e que a arquitectura pode ser mágica ao tornar possível recriar tantos outros mundos a partir do mesmo.

No contacto com o património percebe-se perfeitamente que o seu valor patrimonial não decorre só do gesto artístico original mas também dos traços do tempo pelo qual o edifício passou e testemunhou. A reprodução de um monumento não se torna possível por isso mesmo. Como se repete uma pedra polida pelo tempo ou a madeira gasta pelo sol? A sua reprodução vai sentir-se artificial, portanto é preciso deixar respirar cada um dos tempos para que tenham a sua identidade própria e distinta. Se por um lado não se deve adoptar uma atitude demasiado radical e absorver todo o existente, por outro também não se deve adoptar uma proposta continuamente tradicional, onde siga toda a linguagem local, não deixando espaço para uma flexibilidade evolutiva. Há, neste jogo de decisões um equilíbrio a encontrar.

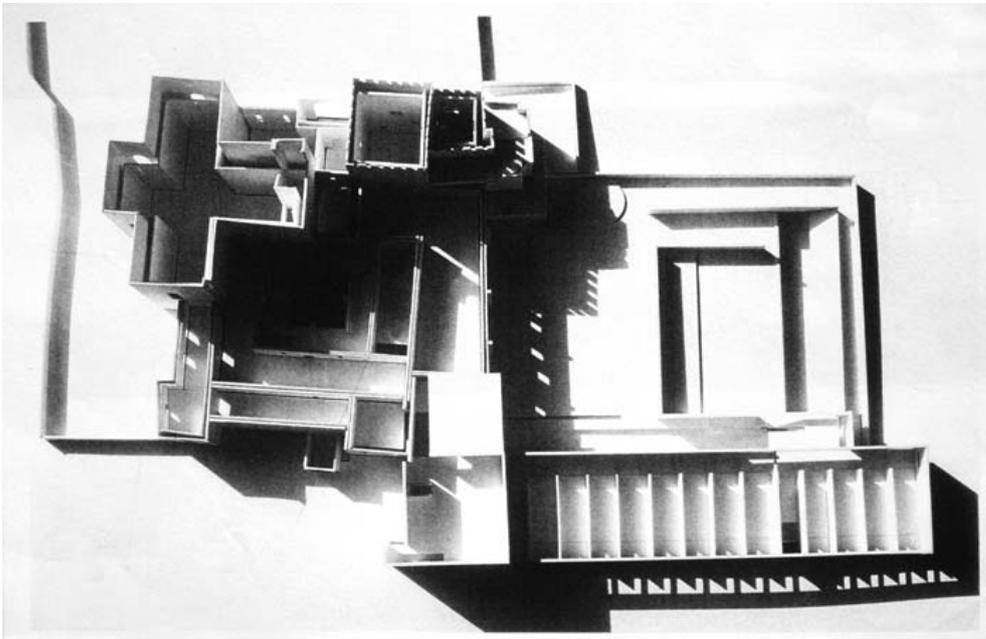
Reconhecer-se-á que não se inventa uma linguagem. Reconhecer-se-á que a linguagem se transforma para se adaptar à realidade e para lhe dar forma. Tudo será reconhecido como património colectivo e, nessa condição, objecto de mudança e continuidade. Os instrumentos de reconhecimento do real chamam-se História, a arte de construir a sua transformação chama-se Arquitectura. Uma sem a outra chama-se fracasso da arquitectura moderna. Citei Álvaro Siza”²⁴

Como re-inventar essa memória

Cada caso de intervenção em património ditará estratégias diferentes de actuação. Diante esse leque diversificado de opções foi importante comparar alguns exemplos para compreender, de forma prática, a existência de diversas ferramentas técnicas, estratégicas e projectuais. Estudaram-se três reconversões de mosteiros em Pousadas em Portugal, Santa Maria do Bouro por Eduardo Souto de Moura em Braga, a Pousada Flor do Crato por Carrilho da Graça no Crato e o Convento dos Loios por José Paulo dos Santos em Arraiolos. São três exemplos distintos que ditam, cada um deles, diferentes possibilidades de intervenção, uma vez que são extensões que estão envolvidas com uma pré-existência e que cada uma tinha realidades muito próprias. Compreendem-se três intervenções com pontos em comum no seu diálogo espacial com o existente e nas estratégias usadas, no entanto, muito distintas pela linguagem utilizada.

Nos três casos percebe-se uma divisão programática segundo as linhas originais do existente. A partir da divisão programática original os espaços nestas intervenções foram distribuídos de forma a se adaptarem, sem grandes alterações espaciais. Por exemplo Souto de Moura associa as celas aos quartos, a alas às zonas de estar, a cozinha ao restaurante e por aí em diante. Dessa forma o percurso que se faz pelo interior dos edifícios originais segue os passos que antigamente se faziam. Percebe-se também que dessa leitura do edifício original são aproveitadas as excepções espaciais do mosteiro para causar excepções nas pousadas. Isso é muito evidente no Crato, em que os quartos ganham destaque e importância em cada piso que sobe na torre e pelo tamanho dos espaços originais.

No Bouro é interessante perceber que a extensão permite uma leitura contínua, porque forma um conjunto muito coeso e que pertence e se agarra ao existente



4. Pousada do Crato - maquete

proporcionando um prolongamento do espaço para o seu exterior.

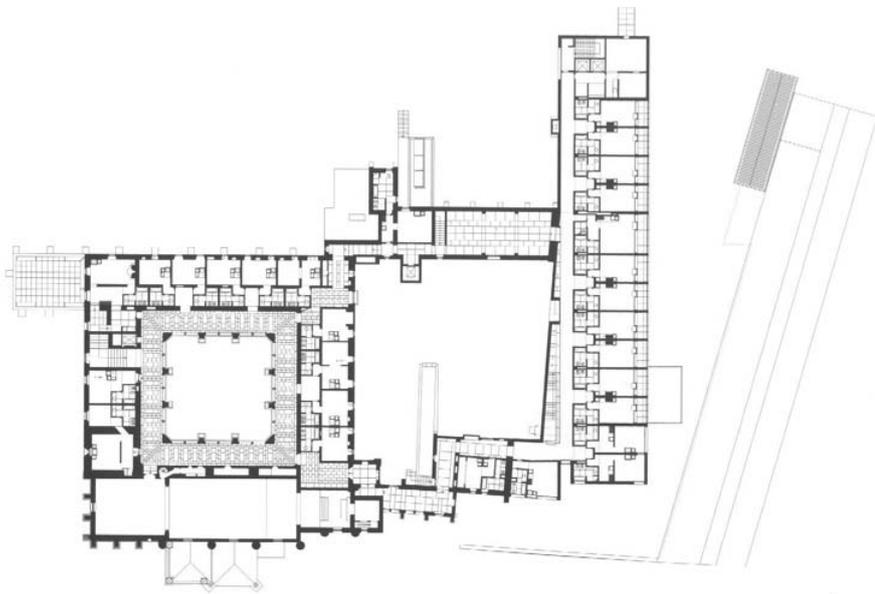
No Crato o novo corpo introduzido contacta com o existente a partir da zona de entrada e daí dele se torna independente conjugando-se apenas no jardim que os une. O novo edifício distingue-se interior e exteriormente do existente pela materialidade e espacialidade. Do labirinto da torre original de pedra e chão frio chega-se a um corredor linear revestido a madeira na nova extensão. No entanto cada espaço surge como se sempre assim tivesse sido, sem deixar, no entanto, de surpreender pela manifesta introdução de novas linguagens.

No convento dos Loios a intervenção é bastante unificada, no sentido em que os novos espaços criados têm uma grande ligação com o existente, através de vários pontos de contacto. O conjunto revela locais marcadamente diferenciados entre si mas que comunicam muito bem, fornecendo interessantes pontos de vista para o exterior e entre eles. Há uma serenidade que nos acompanha sempre, desde a entrada, ao enquadrado pátio que o novo volume dos quartos proporciona até atingir o seu ponto alto no terraço do restaurante onde a natureza se dilui com o que para trás vimos.

Em termos de linguagem, a Pousada de Santa Maria do Bouro “tenta adaptar, ou melhor, servir-se das pedras disponíveis para construir um novo edifício.”²⁵ Dessa forma a nova intervenção segue a mesma materialidade do existente porque dele nasce e a partir daí continua a história de sucessivas transformações que o mosteiro vinha a sofrer, sendo este mais um capítulo dessa longa história. O novo volume é uma extensão feita a partir de materiais que pertenciam ao antigo mosteiro e que se desenha numa espacialidade contemporânea e o pátio redesenhado, um momento poético.

Na pousada Flor do Crato há sobretudo um grande equilíbrio e sensibilidade

25 Moura, E. S. (2001). *Santa Maria do Bouro : construir uma Pousada com as pedras de um Mosteiro*, p.5.



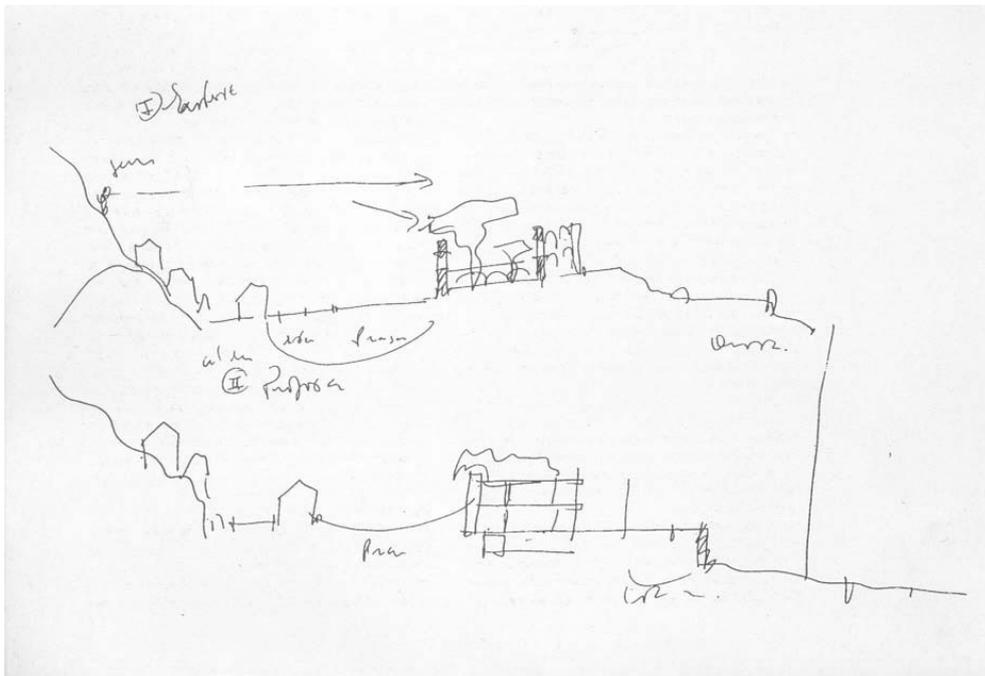
5. Pousada de Arraiolos - planta 1º piso

no modo como a nova intervenção se funde com o construído. No percorrer do labirinto interior do antigo mosteiro, as pedras originais têm espaço para comunicar e a nova intervenção dilui-se pela construção existente mas com voz própria. É uma intervenção marcada por novos e assumidos planos brancos e pelo uso da madeira. A partir de uma linguagem contemporânea e afastada da original há uma transição marcadamente forte mas que dialoga e se conjuga de forma muito natural.

No convento dos Loios a materialidade também nos parece aparentemente ser a mesma, revestida num branco que se acompanha ao longo de todo o edifício. A nova intervenção mantém a cércea existente e é revestida desse mesmo branco, diferenciando-se do existente pela materialidade do seu interior que vai buscar à madeira um ambiente diferente e mais intimista. É um edifício onde nada se destaca demasiado ou está fora do local e tal como na pousada do Crato, também aqui, o existente tem espaço para respirar e comunicar.

Estes três exemplos, estudados em paralelo com a reflexão em projecto, ajudaram a desencadear algumas questões pertinentes sobre intervenção em património. As estratégias acima referenciadas incidem sobre pontos que achei importantes e que resultam numa imagem global entre a união dos vários tempos. Porque intervir sobre património é também dar-lhe uma imagem. Essa imagem poderá ter diferentes nomes e ser feita de diferentes formas. Souto de Moura exercita uma metamorfose; Carrilho faz uma distinção mais acentuada entre novo e velho e José Paulo dos Santos unifica a linguagem entre tempos. São três exemplos que mostram que não há apenas uma forma de fazer as coisas, uma vez que não existem modelos.

Souto de Moura, nesse aspecto, abre o campo da intervenção em património a outros níveis – mais versáteis, sem complexos e muito poéticos. A liberdade do



6. Pousada Santa Maria do Bouro - esquisso do arquitecto

seu gesto é inspiradora. Incentiva à transformação do espaço numa continuação das sucessivas transformações que o tempo nos tem oferecido. Nesse aspecto, dos três exemplos, é este que me parece ser o gesto mais corajoso. Não deixo de achar, no entanto, bastante bonitas e interessantes as outras duas intervenções - como o gesto plástico de Carrilho da Graça sobre as pedras existentes e a adaptação dos espaços e relações entre eles em Arraiolos. Foram estes exemplos que abriram mais uma porta a outros horizontes, com a certeza que os diferentes tempos na arquitectura precisam de respirar, seja de que modo for. A linguagem precisa de confrontar transformações e uma medida justa do desenho. Para isso partirá a interpretação e imaginação do arquitecto para dar vida ao sonho.

AVIEIROS

Quando cheguei à Palhota, não entrou nessa aldeia ribeirinha um observador curioso de pitoresco ou de bizzarria. Nem eu próprio suspeitava de tudo o que me levava até ali: que era afinal, a ainda é, o que me transcende, porque nunca se me recusa. Mas importa sublinhar e encarecer que tal convívio me enriquece: alarguei na aldeia avieira uma parte da minha paixão pelo Tejo (...).

Alves Redol²⁶

26 Redol, A. (1968). *Avieiros*, p. 14.



7. gente avieira

Origens

Para contar a história dos avieiros é necessário voltar à Praia de Vieira de Leiria uns tempos antes. As condições de vida dos pescadores desta praia não eram fáceis, Vieira já “nada mais tinha para oferecer para além de um Inverno rigoroso e muita fome.”²⁷ A pesca impraticável naquele mar tão agitado durante o Inverno, a vida agrícola que não compensava esse carácter deficiente do mar e a falta de indústria capaz de empregar a população, levou esses pescadores a mudar o seu modo de vida, surgindo um fluxo migratório em direcção ao rio Tejo e Sado, que deu origem à cultura Avieira.

*“Quando o Inverno chegava e o vento punha em movimento as areias brancas e trazia nuvens negras carregadas de chuva dos lados do mar, parecia também dar movimento a toda a população da praia: os homens do mar tornavam-se serradores, comerciantes de peixes, pescadores doutros rios. E todos iam, todos partiam e a praia ficava deserta e sozinha, embalada pelo quebrar das ondas, alongado lá longe nas ramarias dos pinheiros...”*²⁸

A migração para os rios representa um dos diversos fluxos migratórios nacionais que ocorreram em Portugal, movimentos de carácter permanente ou sazonal associados a uma procura de fontes de subsistência adicionais. O rio Tejo “prometia riqueza e desde sempre foi fulcro atractivo desta corrente migratória movida pelas incertezas da vida do mar.”²²

“De acordo com os registos disponíveis, o primeiro fluxo migratório ocorreu a partir da zona de Ovar, em meados do século XVIII, dando origem a uma população justamente conhecida pelos Varinos. Esta população instalou-se nas margens do Tejo, de Alhandra a Santarém, organizando-se em comunidades estáveis

27
28

Girão, Amorim (1960). *Geografia de Portugal*. p. 409.
Instituto Politécnico de Santarém (2011). *Cultura Avieira*. Disponível em: <http://avieiros.ipsantarem.pt/>



8. o rio e a vida

e dedicando-se à pesca do sável (peixe que, tal como o salmão, sazonalmente subia o rio para aí desovar). Este movimento migratório foi posteriormente seguido por outros provenientes da zona da Murtosa (conhecidos por Murtoseiros) e, em meados do século XIX, pelos naturais de Vieira de Leiria (daí, a referência aos Avieiros).”²⁹

“As maiores movimentações terão ocorrido entre 1919 e 1939.”³⁰ Para os pescadores de Vieira, habituados à bravura e força do mar, o rio foi a alternativa possível, de forma a não romperem totalmente com o seu modo de vida e a conseguirem obter outras fontes de subsistência através da actividade agrícola nos terrenos de Lezíria. A vida destes pescadores era dividida entre o Verão no mar de Vieira e o Inverno nas águas do Tejo.

No período de migração viviam em condições muito precárias, fazendo do barco a própria casa ou improvisando algum abrigo com matérias primas disponíveis. “Moravam nas pequenas embarcações de proa alta, quer durante a faina, quer acostado. O barco era o berço, a câmara nupcial, a oficina e a tumba”³¹ No verão, quando terminava a pesca do Sável, regressavam de novo à sua praia e os barcos ficavam acostados, até ao ano seguinte, próximos de Santarém.

O crescimento da família e a procura de melhores condições de vida associado ao escasso dinheiro para viagens tão dispendiosas levou-os a começar a fixar-se por terras de lezíria. Dessa forma foram, consoante as suas possibilidades, improvisando as suas habitações, com materiais que iam conseguindo arranjar, “erravam pelo rio, acampando nas praias isoladas onde depois nasciam pequenas aldeias de barracas de caniço, e mais tarde de madeira.”³²

O seu assentamento pelas margens do rio foi feito por núcleos familiares, o

29 Santos, M. N. (1959). *Os avieiros: Estudo de Geografia Humana*. p. 11.

30 Soares, M.M. (1986). *A cultura avieira: continuidade e mudança*. p. 7.

31 Instituto Politécnico de Santarém (2011). *Cultura Avieira*. Disponível em: <http://avieiros.ipsantarem.pt/>

32 Gomes, F. O. (1993). *Vieira de Leiria: a história, o trabalho, a cultura*. p. 184.



9. barco avieiro

que, por um lado, lhes dava bastante mobilidade entre o Tejo e o Sado, mas por outro os impedia de se integrarem com as outras comunidades já existentes. Este factor associado à sua pobreza e condição precária de vida fez com que fossem frequente chamados de “ciganos do Tejo”.³³ Há até relatos que “referem a existência de conflitos com os Avieiros, que, actuando individualmente, podiam, por exemplo, colocar o respectivo barco de forma a capturar o sável em prejuízo dos barcos situados mais acima do rio.”³⁴

“O declínio da população Avieira dá-se em meados do Século XX, com o início da escassez do sável, alegadamente devido à construção das barragens do Tejo que se constituíram como barreira para o movimento deste peixe.”³⁵ Foi nesta altura que os avieiros se dedicaram as outras actividades capazes de lhes garantir sustento, muitos deles acabaram por se mudar para zonas urbanas, onde encontravam trabalho.

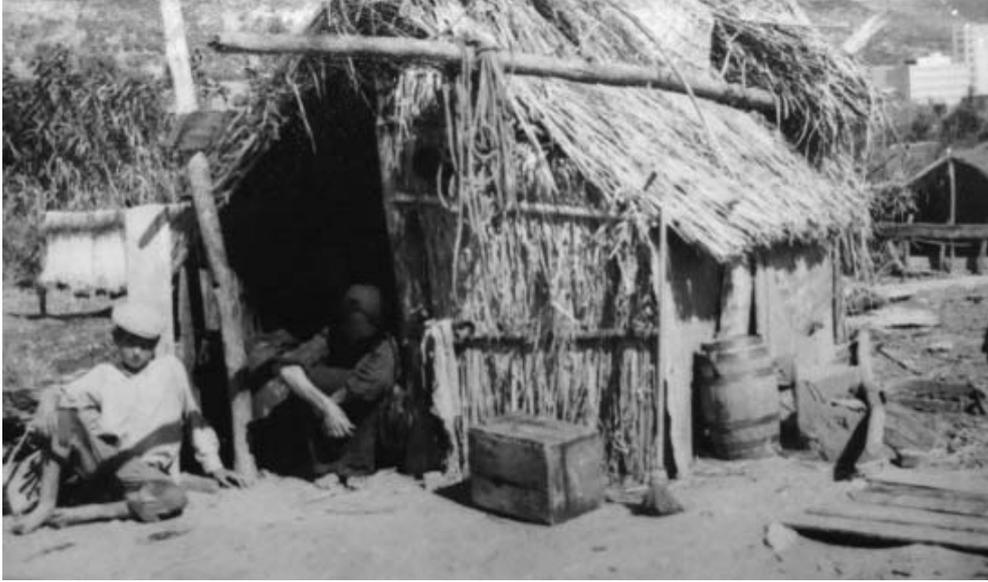
A sua arquitectura

Durante a fase de migrações sazonais os pescadores de Vieira trabalhavam e viviam em saveiros, barcos esguios, de proas virando em bico e com muitas condições de estabilidade. Como aquele barco tinha de servir como local de trabalho e abrigo o espaço foi dividido de forma muito clara e prática. A divisão foi feita em três partes, “a zona de dormir à proa (protegido por um oleado), que, durante o dia, funcionava como zona de trabalho (entendido como a prática de pesca). No centro do barco, funcionava uma zona de serviço correspondente ao espaço de preparação e partilha de refeições. Por fim, na popa, localizavam-se os espaços de

33 Expressão utilizada por Alves Redol.

34 Gaspar, P. L., & Palla, J. (2008) *Construções palafíticas da bacia do Tejo, levantamento e diagnóstico do património construído da cultura avieira*. (s.p.)

35 Ibid. (s.p.)



10. caniço

arrumos do material de pesca.”³⁶

“O desejo de um tecto mais seguro, e do fogo dum lar numa casa fixa”³⁷ fez com que surgissem algumas construções mais permanentes, “nas partes altas das margens do rio, ao abrigo das inundações periódicas do Tejo.”³⁸ O início dessa mudança deu-se com as palhotas de paredes e cobertura de caniço, casas toscas e pequenas, com uma porta e uma única janela a iluminar o interior. O caniço crescia pelos valados de borda d’água e era, por isso, muito fácil de arranjar pelos pescadores. O caniço entrelaçado formava uma estrutura autoportante que assentava sobre um estrado em madeira, por sua vez assentava sobre estacas de madeira cravadas no lodo. Mas logo que as suas condições económicas iam melhorando eles foram comprando madeira e outros materiais capazes de transformar as suas palhotas em casas mais resistentes e verdadeiras. Então, as aldeias repletas de palhotas de caniço dão lugar a aldeamentos de casas onde se misturam diferentes materiais, como zinco, madeira, telha. Casas estranhas mas que se ergueram “como o símbolo de um sonho que a vida não deixa construir num sopro, mas que a vontade e tenacidade dos Homens vão erguendo pouco a pouco.”³⁹

Surge então a casa avieira, de dimensão pequena, pintada com cores vivas e elevada sobre estacas, em troncos de árvore ou pilares de madeiras, para fugir às águas do Tejo. O acesso faz-se por umas escadas exteriores que se ligam à varanda. O telhado é sempre de duas águas e pode variar entre telha ou caniço, dado que a disponibilidade económica ditava as possibilidades de escolha do material. Duas janelas situam-se na fachada principal ao lado da porta que dava acesso à varanda de madeira e que assenta sobre estacas, também do mesmo material. A casa ocupa dois níveis, um térreo, inundável, onde eram guardados artigos da pesca e um

36 Gomes, F. O. (1993). *Vieira de Leiria: a história, o trabalho, a cultura*, p. 186.

37 Santos, M. N. (1959). *Os avieiros: Estudo de Geografia Humana*. p. 33.

38 Ibid. p. 34.

39 Ibid. p. 36.



11. gente avieira

elevado onde as pessoas habitavam, protegidas das enchentes do rio.

No Inquérito à Arquitectura Portuguesa, percebe-se que as varandas das casas são muitas vezes uma “transição para o interior das habitações” transportando “para a rua alguma coisa da vida familiar”.⁴⁰ De facto nestes aldeamentos avieiros, a varanda é o principal ponto de contacto com o interior uma vez que a casa se encontra quase sempre elevada e com pequenas janelas que timidamente acenam ao que se passa lá de fora.

Todas as casas seguem o mesmo formato rectangular, com entrada e janelas feitas pelo lado maior. A tipologia interior vai variando entre aldeamentos e também dentro do mesmo, sendo que as variações são em relação ao número de divisões e à distribuição destas.

No alto das escadas, a varanda dá acesso a uma sala grande para a qual abrem duas alcovas; a sala pode servir simultaneamente de cozinha (como na Palhota), ou então o compartimento destinado a este fim encontra-se a ela encostado, formando um corpo de menor altura (solução quase geral em Caneiras).⁴¹

Há também o caso de algumas tipologias que adoptaram uma cozinha exterior, como é o caso de algumas casas no Escaroupim. No início, estas cozinhas exteriores eram apenas simples abrigos, cobertos ou de caniço ou pelos próprios toldos dos barcos, para defenderem o fogo da violência do vento.

Nas casas com lareira interior, o mais vulgar era “a chaminé ser em tijolo, assente sobre um bloco que sobe do chão, a um canto da casa”⁴² Os quartos eram, normalmente, divididos por tabiques mais baixos, que não chegavam ao tecto e eram forrados por cima para dar lugar a um sótão, onde guardavam as redes de pesca. Cortinas de cores alegres eram muito usadas no lugar das portas entre as

40 S.N.A. (1961). *Arquitectura Popular em Portugal*. p. 129.

41 Oliveira, E., & Galhano, F. (1964). *Palheiros do litoral central português*. p.100.

42 Ibid. p.100.



12. Conchoso - aldeamento avieiro

divisões dentro da casa e as paredes interiores também eram pintadas de acordo com a simbologia da cor, como por exemplo as cores dos quartos variavam entre o rosa e o azul quando eram quartos de menina e menino, respectivamente.

A casa avieira tem todo este conjunto de características enunciadas que lhes dão um aspecto muito particular e diferente das restantes casas da borda d'água. Ao analisar fotografias e vídeos da época e comparando essa informação com o que ainda é visível, actualmente, nestas construções, percebe-se que da sua construção original já muitas outras camadas foram introduzidas. O tempo está marcado nestas construções, no entanto ainda é possível identificar, de forma muito evidente, construções dessa linha original. As alterações para além da óbvia degradação pela falta de utilização e manutenção, são a introdução de betão, parede de alvenaria e cobertura em telha.

A construção das casas Avieiras em nada se assemelha às casas ribatejanas, tanto pela sua estrutura sobre estacas como pela caracterização e disposição interior. As casas de borda d'água são térreas, de paredes caiadas de branco e lareira alta e espaçosa, que contrasta claramente com as casas Avieiras de madeira pintadas com cores alegres e elevadas do chão. Isto porque as casas avieiras “mostram claramente o mesmo sistema palafítico que outrora parece ter-se usado na Praia de Vieira: prumos espaçados erguem-se do chão até ao telhado, soalho assente a perto de 2 metros de altura, o tabuado disposto verticalmente em camisa e saia.”⁴³ Possuem a mesma escada exterior, a mesma varanda para onde se abrem as portas e as janelas. Os palheiros de Vieira de Leiria tinham também, geralmente, um beiral muito saliente que cobria a varanda, telhado de duas águas e chaminés de tijolo ou adobe, encostadas à parede. No interior os melhores palheiros eram forrados e o seu tecto era direito ou formado por casqueiras que sustentavam as

43 Ibid. p.100.

telhas. “Era nestas condições que os Pescadores de Vieira sempre tinham vivido. Erguê-las nas margens do Tejo, uma vez que aí se fixassem, resultava natural. (...) não foi portanto a Borda d’água que imprimiu qualquer característica à casa dos avieiros, antes parece terem sido estes que inseriram na região do Tejo um cunho muito particular, trazendo da sua praia distante, um tipo de casa que se integra perfeitamente no meio natural e se adopta às condições de vida na Borda d’água.”⁴⁴

Análise territorial

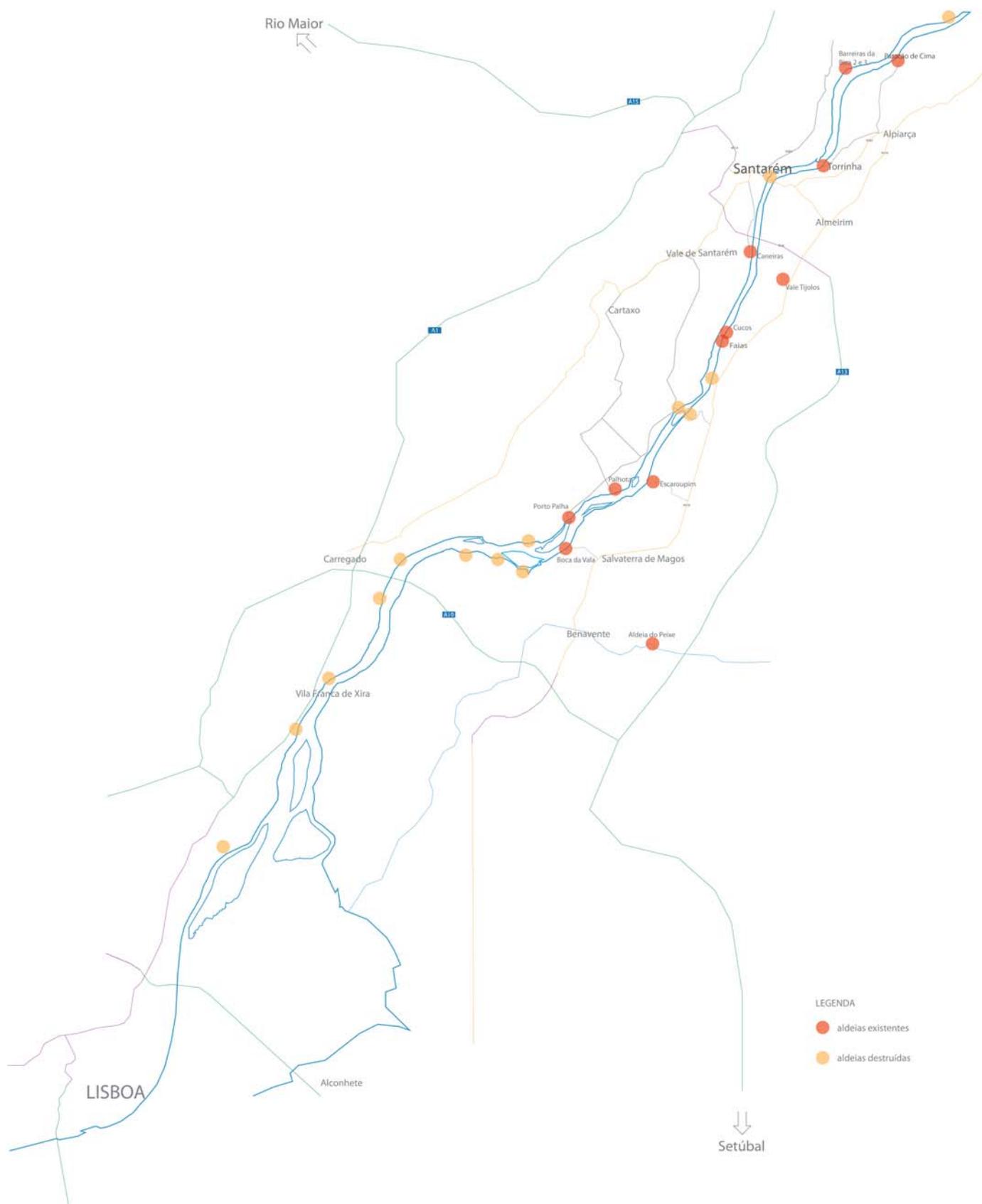
Com a fixação dos pescadores de Vieira pelos valados de lezíria foram crescendo aglomerados populacionais paralelos à margem do rio do Tejo. Os assentamentos são afastadas uns dos outros mas em cada um “se respira igual serenidade, que resulta da lezíria, dos salgueiros debruçados sobre o Tejo, das praias de areia branca onde as águas das marés desenham pequeninas ondas...”⁴⁵ Ao analisar a sua implantação pelas margens do rio, depressa se percebe a sua proximidade das praias. Encontram-se isolados das outras aldeias existentes e conseqüentemente de mercados consumidores onde pudesse ser feita a venda do peixe porque as redes de pesca que usavam eram muito grandes e exigiam, para o seu arrasto, espaços largos e planos. As praias eram o local indicado, “neste Tejo apertado entre valados altos que defendem a terra da fúria das suas águas.”⁴⁶ O sável, o pescado que trouxe estes pescadores até o rio Tejo, também determinou os locais onde se fixaram.

Em 2008 foi feito pelos ASFP um levantamento preliminar dos assentamentos Aveiros, uma identificação prévia dos principais assentamentos a partir de fontes documentais e fotográficas, expedições ao local e recolha de dados para

44 Santos, M. N. (1959). *Os avieiros: Estudo de Geografia Humana*. p. 39.

45 Ibid. p.39.

46 Ibid. p.40.



13. assentamentos avieiros ao longo do rio Tejo

uma caracterização morfológica e arquitectónica. Concluiu-se que haviam 43 assentamentos espalhados por 14 autarquias ao longo do rio Tejo e Sado. A falta de documentação ou a inacessibilidade de alguns locais não permitiu a recolha de informação de todas, 9 delas não foram ainda identificadas no terreno. Das que foram possíveis de visitar, 20 aldeias estão desaparecidas ou completamente destruídas, mas ainda assim há 9 aldeias com palafitas, algumas ainda com a sua forma original, outras já um pouco alteradas e algumas que ainda têm pescadores avieiros residentes. As restantes têm apenas ruínas de chaminés e pilares em betão.

O território onde os assentamentos avieiros se encontram compreende-se nas margens Este/Oeste do rio Tejo, entre a Chamusca e Lisboa e ainda em Grândula e Setúbal no rio Sado. Este presente estudo vai apenas centrar-se nos assentamentos estabelecidos no rio Tejo e sobre aqueles que se conseguiu informação.

localização e desenho do território

Os aldeamentos avieiros situam-se no Ribatejo, região incluída na Estremadura, que tem uma “vasta planície de sedimentação, deprimida e uniforme, que o Tejo rega.”⁴⁷ Esta região hidrográfica “representa mais de 28% do território nacional, reflectindo-se a importância em termos hidrológicos, de protecção de recursos e conservação da natureza, demográficos, sociais e económicos.”⁴⁸

Em termos geomorfológicos o Tejo ocupa uma relevante posição a nível nacional porque “possui a bacia sedimentar mais extensa do território nacional”⁴⁹ além de estabelecer “a ligação entre duas áreas do país com características morfológicas

47 Ribeiro, O. (1961). *Geografia e civilização: temas portugueses*. p. ?.

48 Administração da Região Hidrográfica do Tejo (2012). *Plano de Gestão da Região hidrográfica do Tejo: Relatório técnico síntese*. p.7

49 Ribeiro, O. (1961). *Geografia e civilização: temas portugueses*. p. ?.

distintas”.⁵⁰ “De um lado Ribatejo norte, de solo ondulado por algumas linhas de relevo que culminam na Serra de Montejunto – paisagem estremenha bem típica. De outro lado é o Ribatejo sul, a planície a perder de vista, onde apenas os salgueiros assinalam à beira água a paisagem vegetal.”⁵¹

“As áreas de florestas e meios naturais e seminaturais, e de áreas agrícolas e agro-florestais, representam, respectivamente aproximadamente 50% e 40% da área total”⁵² de toda esta região hidrográfica. Tem um quadro vegetal bastante rico, com uma grande diversidade de espécies de árvores onde a agricultura e a natureza têm um impacto visual e económico bastante acentuado. É uma região maioritariamente agrícola onde as zonas artificializados estão geograficamente mais próximas da área metropolitana de Lisboa.

hidrografia

O rio Tejo nasce nos Montes Universais, em Espanha, e “apresenta forma alongada, com orientação Este-Oeste, flectindo a meio do território nacional para Sudoeste”.⁵³ Em território nacional, tem como principais afluentes o rio Zêzere, na margem direita, e o rio Sorraia, na margem esquerda.

Devido à construção de mais de 140 barragens em Portugal e Espanha, no último século, o Tejo sofreu muitas mudanças no seu comportamento hidrológico, com uma tendência de diminuição dos caudais de ponta e da frequência de cheia, o que explica a saída de muitos pescadores avieiros dos seus aldeamentos, na procura de trabalho em zonas urbanas devido à falta de pescado no rio.

As cheias têm uma especial relevância nesta zona desenhada pelo rio, facto

50 Ibid. p.?

51 Ibid. p.?

52 Administração da Região Hidrográfica do Tejo (2012). *Plano de Gestão da Região hidrográfica do Tejo: Relatório técnico síntese*. p.14.

53 Ibid. p. 16.

evidenciado pela própria morfologia das casas avieiras que se elevam sobre estacas para fugir às águas. Os meses de Dezembro a Março são os de maior probabilidade de ocorrência de grandes cheias e é em Fevereiro que o Tejo tem o caudal mais elevado.

As marcas de cheia de Fevereiro de 1979 são as mais representativas das áreas críticas, sujeitas a inundações ao longo da planície aluvionar do rio Tejo, entre Abrantes e Vila Franca de Xira. Recentemente, destacam-se as cheias ocorridas nos anos 2000, 2001, 2008 e 2010, registadas nos concelhos de Loures e Vila Franca de Xira, Cartaxo, Golegã, Almeirim e Alpiarça que permitiu o mapeamento das zonas de risco de inundação.

A acompanhar as alterações de temperatura e precipitação, prevê-se a redução do escoamento médio anual, entre 10 e 50%, até ao final do século XXI (Oliveira, 2010). Neste cenário de alterações, prevê-se também uma maior incidência de fenómenos extremos, com o aumento de episódios de precipitação intensa durante curtos períodos no Inverno e o aumento do número de dias consecutivos com temperaturas máximas acima dos 35 oC, que irão passar de cerca de 10 a 20 dias, para 30 a 40 dias consecutivos (Santos et al., 2001).”⁵⁴

clima

O clima ao longo da região hidrográfica do Tejo é do “tipo temperado mediterrâneo, com um período seco de dois meses correspondentes a Julho e Agosto. A temperatura média anual varia entre 7,4°C (nas zonas mais a Norte e a maior altitude) e 16,9°C (na zona do estuário) e a precipitação anual situa-se entre os 2 744 mm (na zona Norte da região e a uma altitude superior a 1 300 m) e os 524 mm (obtido na zona costeira – estação de Cabo da Roca). Quanto à humidade relativa média do ar às 09 horas, os dados analisados mostram que



14. Caneiras e porto palafítico da Palhota

esta varia entre um valor mínimo de 65%, registado nas estações situadas na zona mais interior, e um máximo de 87% nas zonas mais próximas da costa atlântica.”⁵⁵

pontos estratégicos

A partir do diagnóstico feito pelos ASFP em 2008 foi mais fácil entender as problemáticas e potencialidades na reabilitação deste património construído. Dado o problema da perda do património avieiro há como pontos fortes a existência de várias comunidades ainda activas de pescadores avieiros (apesar da idade avançada dessas pessoas), e a singularidade do seu modo de vida e tipo de ocupação no território. No entanto, pelo facto de se inserirem em zonas não urbanas há a falta de infra-estruturas básicas nestes aglomerados, como é o exemplo de muitos aldeamentos que não têm rede de saneamento básico.

Há, de facto, a oportunidade de fazer sobreviver esta cultura através da promoção de roteiros culturais, turísticos e outras actividades com benefício económico e pela recuperação de núcleos com características originais. O seu potencial turístico é acrescido pela proximidade destes aldeamentos a Lisboa e a relativa facilidade de acesso, tanto viário como fluvial. A compreensão e recuperação deste património construído pode ser facilitado pelo testemunho directo dos responsáveis pelas construções originais. Por estarem em locais esquecidos, nem todos os aldeamentos sofreram ainda uma grande investida de betão no entanto percebe-se em muitos deles algumas descaracterizações. A deficiente habitabilidade dos espaços associados às construções avieiras e as dificuldades de intervenção em zonas com fortes limites à construção, tal como o leito de cheia são pontos a ter em consideração também.

As ameaças da pressão urbanística, tendência de mimetismo inconsequente

55 Ibid, p. 125.

e musealização de uma cultura que não morreu são contrapostas pela qualidade ambiental e paisagista de toda a zona da Lezíria e vale do Tejo e pelo reconhecimento da importância desta cultura que tem crescido dia para dia

tipologias de implantação

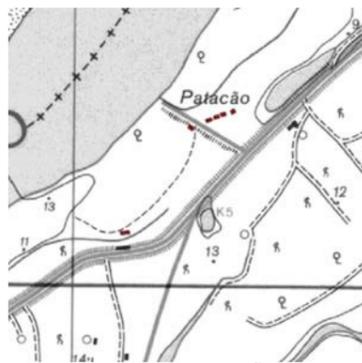
A análise dos assentamentos avieiros fez-se a partir de cartas militares do Instituto Geográfico do Exército à escala 1:25000 compreendidas entre as datas de 1935 até 2009; bibliografia existente com informação sobre os aldeamentos; a partir do diagnóstico efectuado pelos ASFP e mapas de localização executados pelas autarquias correspondentes a cada aldeamento. Houve também uma interpretação e análise feita com as expedições aos aldeamentos e contacto com as populações locais.

Dessa análise percebe-se uma organização feita por núcleos familiares, pela sua construção isolada e dispersão entre assentamentos ao longo do rio. Percebeu-se também uma diferença na implantação destes aldeamentos que achámos poder dividir-se em três tipologias diferentes: construções isoladas, aldeamentos constituídos por vários núcleos separados e conjuntos habitacionais alinhados.

Da análise das construções isoladas percebe-se um aglomerado com poucas casas, não mais que seis, como é o caso dos aldeamentos Boca da Vala, Toureira, Vale Tijolos e Vau, normalmente associadas à presença de uma família. Entre estes exemplos percebe-se que todas as palafitas orientam a sua fachada principal para o Tejo e se associam a braços do rio que saem do percurso principal deste. Estes aglomerados acabaram por desaparecer totalmente ou, os que ainda existem, são apenas ruínas de chaminés ou de pilares que acabaram por persistir no tempo.

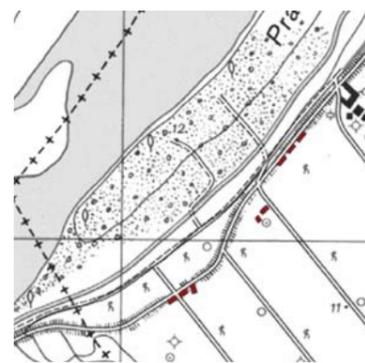
Os aldeamentos constituídos por vários núcleos sem alinhamento, tal como

NÚCLEOS SEPARADOS



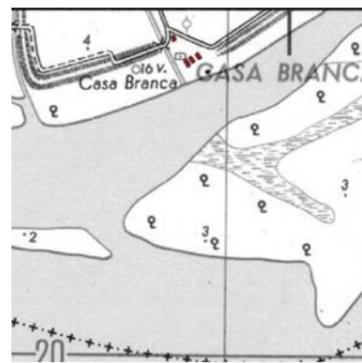
PATACÃO DE CIMA

EXISTENTE DESABILITADO



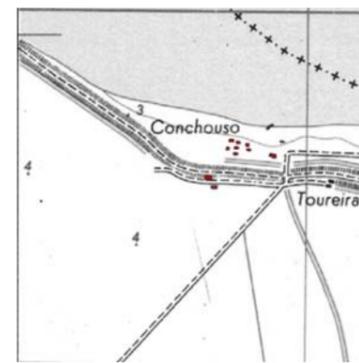
TORRINHA

EXISTENTE DESABILITADO



CASA BRANCA

DESAPARECIDO

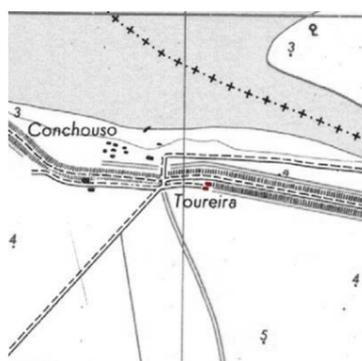


CONCHOSO

DESAPARECIDO

ORIENTAÇÃO
variável (virado para o rio)
LOCALIZAÇÃO
no leito do rio
MORFOLOGIA
casas dispersas em núcleos separados

NÚCLEO ISOLADO



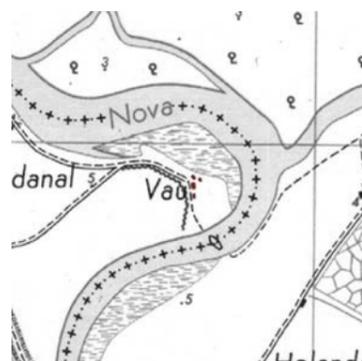
TOUREIRA

DESAPARECIDO



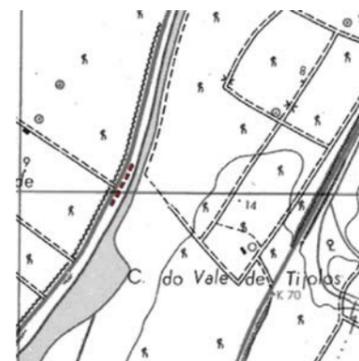
BOCA DA VALA

EXISTENTE DESABILITADO



NOVA VAU

DESAPARECIDO



VALE TIJOLOS

EXISTENTE DESABILITADO



BARREIRAS DA BICA 2

EXISTENTE DESABILITADO

ORIENTAÇÃO
variável (virado para o rio)
LOCALIZAÇÃO
em braço de rio
MORFOLOGIA
menos de 6 casas

NÚCLEO ALINHADO



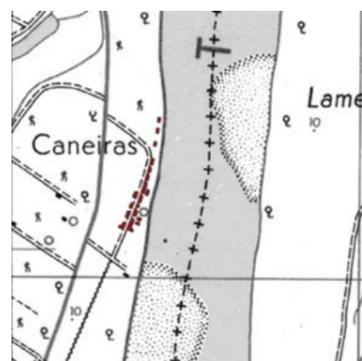
BARREIRAS DA BICA 3

EXISTENTE DESABILITADO



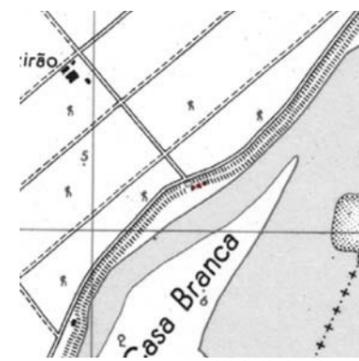
ESCAROÇIM

EXISTENTE HABITADO



CANEIRAS

EXISTENTE HABITADO



PORTO DE PALHA

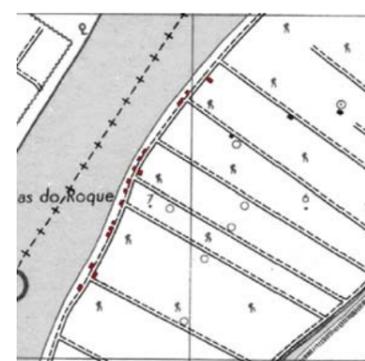
EXISTENTE HABITADO

ORIENTAÇÃO
variável (virado para o rio)
LOCALIZAÇÃO
variável
MORFOLOGIA
alinhada com 2 a 3 alas com arruamentos



PORTO DE SABUGUEIRO

EXISTENTE HABITADO



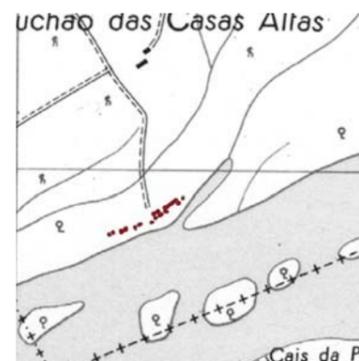
CUCOS E FAIAS

EXISTENTE DESABILITADO



ALDEIA DO PEIXE

EXISTENTE HABITADO



ALDEIA DAS CASAS ALTAS

EXISTENTE HABITADO

Torrinha, Patação de Cima, Casa Branca, Vau e Conchoso são constituídos no mínimo por dois núcleos separados. Dentro desta tipologia percebem-se diferentes situações de implantação e orientação, no entanto todos os aldeamentos se viram para o rio. Dentro dos aldeamentos há núcleos de casas em fila paralelas ao rio afastados entre si, como é o Patação, ou aglomerados de casas sem alinhamento que ocupam áreas circulares também em diferentes núcleos, como é o caso do Conchoso. Destas aldeias algumas já desapareceram, das existentes não há nenhuma que seja ainda habitada.

Os conjuntos habitacionais alinhados, correspondentes ao alinhamento de várias casas numa ala ou em alas paralelas entre si, vão variando em termos de dimensão de aglomerado e pela localização de cozinhas exteriores e arrumos para o material de pesca. Entre eles estão os aldeamentos do Escaroupim, Caneiras, Cucos e Faias, Palhota, Barreiras da Bica, Porto de Palha, Porto de Sabugueiro e Aldeia do Peixe. A distância ao rio nestes exemplos é quase sempre cerca de 30 metros, exceptuando Escaroupim que é mais distante e o terreno sobe suavemente. A sua implantação é desenhada paralelamente à linha de água e todas as casas se viram para ela, excepto a Aldeia do Peixe que tem uma implantação perpendicular à linha do rio. Curiosamente estes exemplos têm todos uma orientação nordeste/sudeste. Dentro desta tipologia há aldeamentos que têm apenas uma fila de casas enquanto outros têm uma rua que as divide em mais filas.

Há aldeamentos onde se nota, pela avaliação das cartas militares, uma clara divisão na sua totalidade (como é o caso do Escaroupim que tem dois tipos de construção, as Caneiras que tem um núcleo norte mais afastado ou a Palhota que tem um núcleo norte mais denso), no entanto da sua evolução resultou uma aldeia geral bastante agregada. A maioria destes aglomerados ainda existe.

Esta divisão fez perceber a forma como a implantação da aldeia motivou o seu desenvolvimento ou desaparecimento. Percebe-se que os aldeamentos em alas paralelas, devido ao seu ar urbano, se desenvolveram e continuam, alguns deles, habitados actualmente, enquanto que os aldeamentos mais pequenos ou dispersos em núcleos foram abandonados e acabaram por desaparecer. O maior número de palafitas gerava movimento e agitação⁵⁶ e uma vida de relação intensa entre os habitantes,⁵⁷ dando força e vitalidade ao aldeamento ao contrário do que acontecia nos casos dos aldeamentos mais pequenos ou com núcleos dispersos. Nestes últimos, como eram habitados por poucas pessoas, o seu abandono deu-se de forma rápida, sendo que o próprio aldeamento não devia ter uma dinâmica tão acentuada em relação aos aglomerados maiores, que tiveram um processo de novas construções que motivaram a sua ainda existência nos dias de hoje.

Os assentamentos mais próximos de Lisboa e que tinham cais palafíticos, foram destruídos ou substituídos por bairros em alvenaria, certamente por questões estratégicas e económicas.

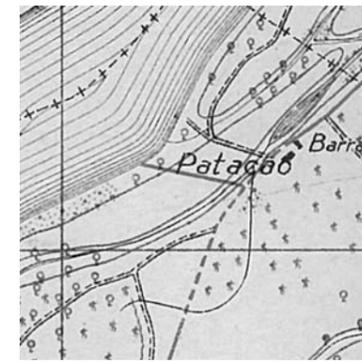
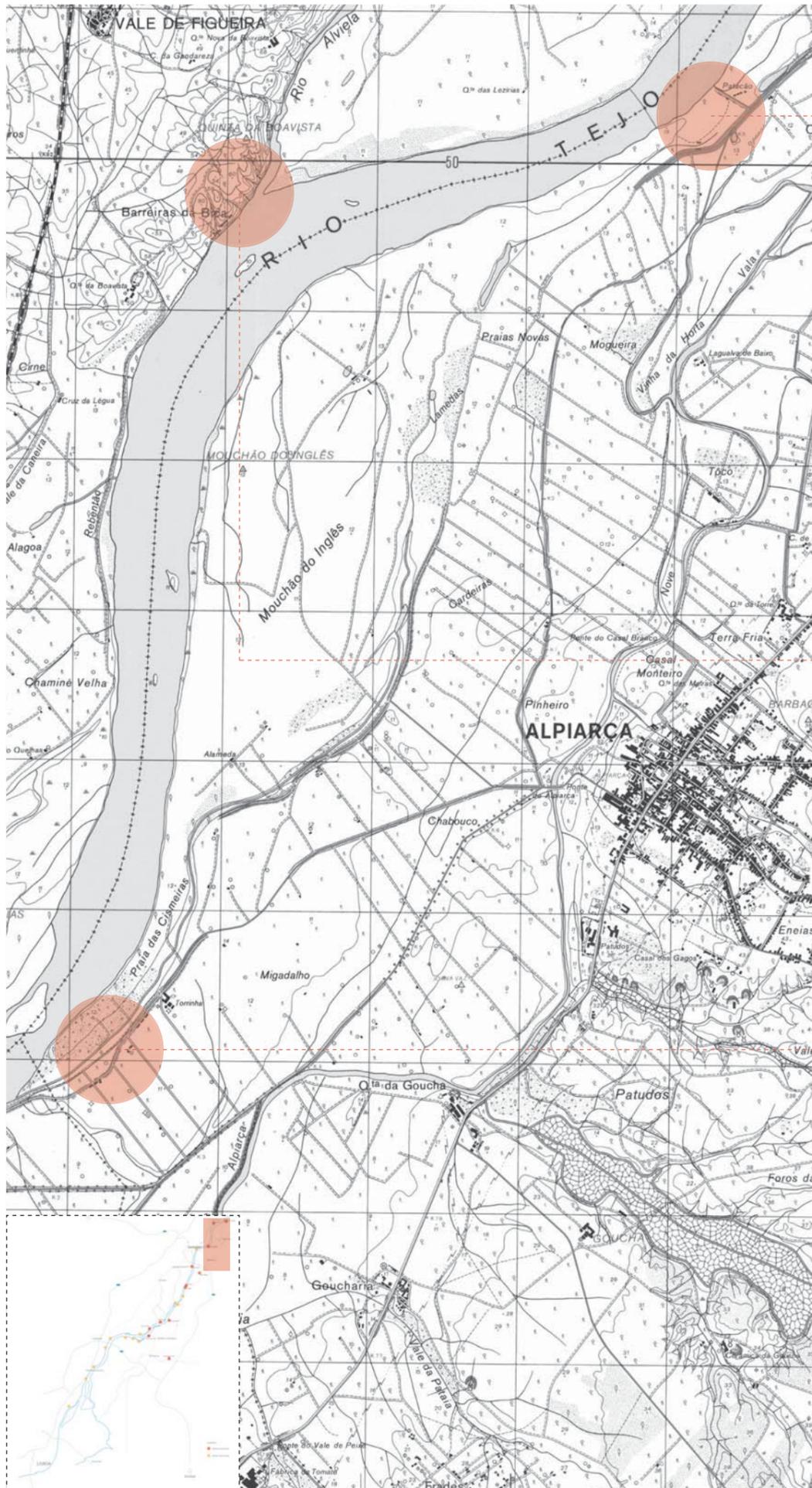
Assentamentos identificados

Fez-se também uma análise sobre a evolução dos assentamentos, de norte para sul.

- Patação de Cima: na carta militar de 1943 percebe-se a largura do rio com cerca de 500 metros junto ao local onde se fixa o assentamento. Na carta de 1970 é evidente um primeiro núcleo de 4 casas mais a norte a uma distância de 100 metros do rio e um outro núcleo a sul, mais pequeno e mais distante do rio, a cerca de 200 metros. Junto do núcleo sul lê-se uma linha de vala estreita

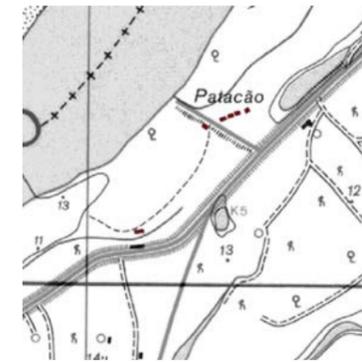
⁵⁶ Santos, M. N. (1959). *Os avieiros: Estudo de Geografia Humana*. p. 43.

⁵⁷ Ibid. p. 44.



1943

PATACÃO DE CIMA



1970



2004



1943

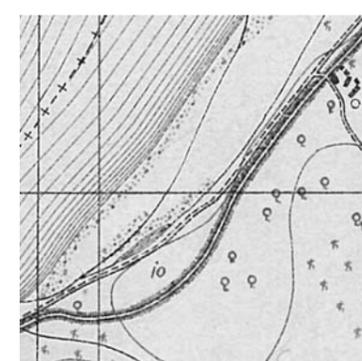
BARREIRAS DA BICA 2 e 3



1970



2004

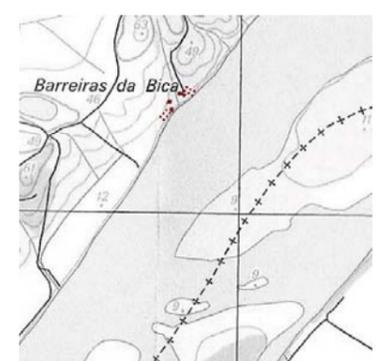


1943

TORRINHA



1970



2004

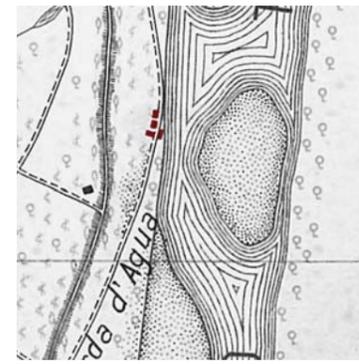
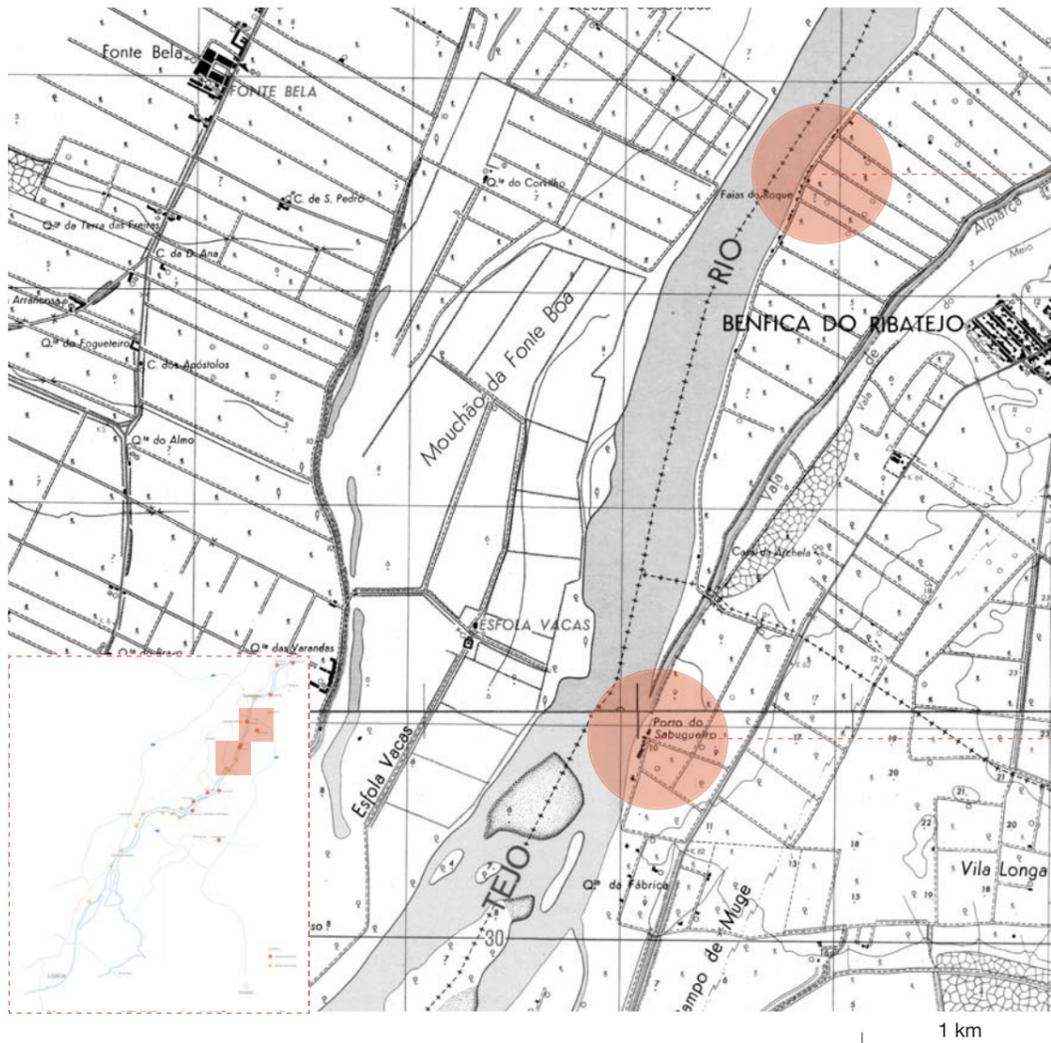
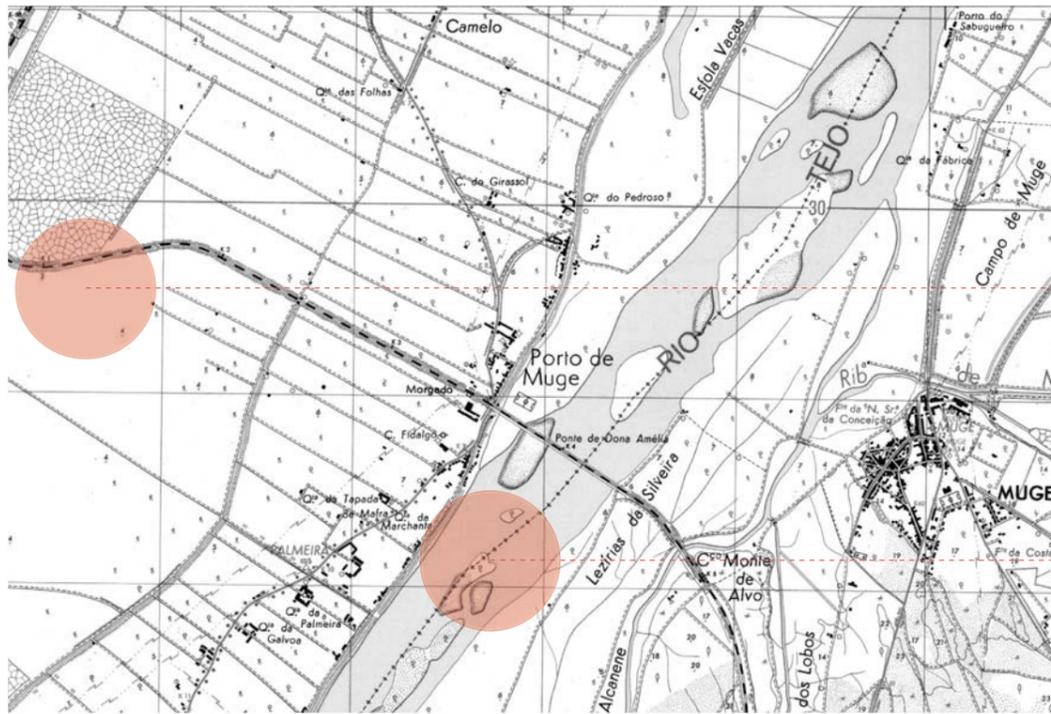
que começa no núcleo sul e segue até uma lagoa ou albufeira cerca de 1km para oeste. Na carta mais actual, de 2004, percebe-se a clara modificação do rio e o aparecimento da praia do Patacão. Surge a estrada 368-1 e a estrada que contactava com as casas do núcleo sul passa a ter definição de caminho carreteiro. O núcleo norte degrada-se enquanto o núcleo sul ganha mais casas e uma definição de assentamento linear bastante acentuada.

Actualmente são visíveis esses dois núcleos distintos; o mais a norte com as 4 barracas em linha de madeira inacessíveis neste momento por estarem escondidas no meio de vegetação, das quais só 3 é que estão visíveis porque da quarta só restam os pilares. O segundo núcleo, com 16 habitações alinhadas encostadas a um valado e em avançado estado de degradação, havendo já 2 ruínas. Todas as casas têm uma orientação Noroeste/Sudeste e encontram-se desabitadas.

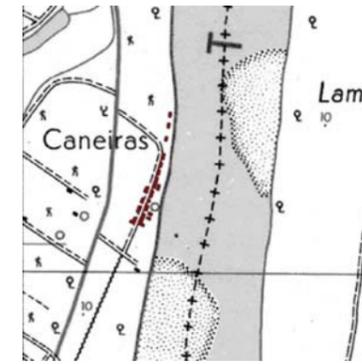
- Barreiras da Bica 2: na carta de 1970 percebem-se duas casas dispostas numa linha perpendicular ao rio que se implantam junto a este num braço de rio que segue para norte. Actualmente do aldeamento existente apenas resta uma chaminé em ruína.

- Barreiras da Bica 3: na carta de 1943 já se vê uma casa no fim de um caminho que segue em direcção ao rio e que dista deste sensivelmente 50 metros. Na carta de 1970 esse caminho parece dividir o aldeamento em duas partes. O conjunto aglomera-se numa linha paralela ao rio com orientação noroeste/sudeste, com uma parte a norte mais alinhada e outra mais desalinhada a sul. Actualmente este núcleo é constituído por duas casas de madeira em ruínas e uma casa de tufo e encontra-se desabitado.

- Torrinha: Na carta militar de 1970 é visível um núcleo com 3 casas numa implantação em linha paralela ao rio que cresce a 200 metros deste e ao lado de



1941



1970



2004

CANEIRAS



1943



1970

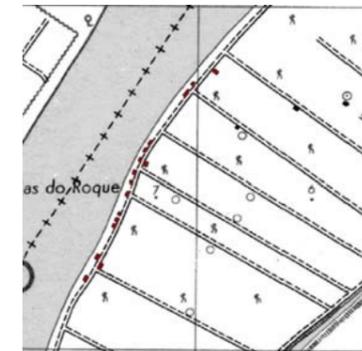


2004

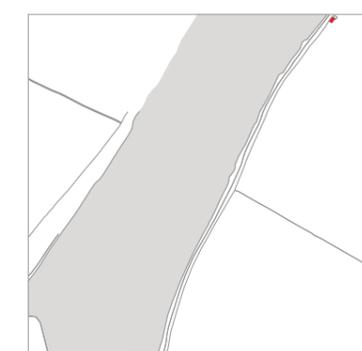
VALE TIJOLOS



1942



1969



2005

CUCOS E FAIAS



1943



1970



2004

PORTO DE SABUGUEIRO

uma estrada de terra. Na carta de 2004 percebe-se que o leito do rio diminuiu, aumentando a distância das casas ao rio na parte norte. Actualmente este assentamento é constituído por uma casa a norte da casa do guarda rio e a sul da estrada de terra há ainda vestígios de duas habitações, onde apenas restam os pilares de betão. As casas estão orientadas para Noroeste/Sudeste e estão desabitadas.

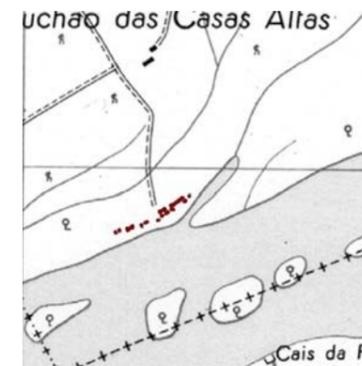
- Caneiras: Segundo o diagnóstico dos ASFP esta aldeia cresceu de norte para sul há cerca de 130 anos; o núcleo original foi levado pelas cheias de 1942 e por isso surgiu um segundo núcleo, mais a sul, que é a aldeia actual. Na carta militar de 1941 vê-se o núcleo original de casas à direita da estrada e junto ao leito do rio. Na carta de 1970 a sua implantação altera-se formando uma fila paralela à linha de água, com orientação oeste/este, a 50 metros do rio, com uma rua pelo meio. É visível a divisão da aldeias em duas partes que uma rua divide, sendo as casas da parte a norte da estrada mais dispersas umas das outras. Na carta de 2004 percebe-se que, com o crescimento da aldeia, foram construídas novas casas para fora da linha de implantação que tinha, que ainda se percebe actualmente. Este aldeamento tem 42 palafitas misturadas com casas de alvenaria, não tem saneamento básico e ainda é habitada por pescadores avieiros.

- Vale Tijolos: na carta militar de 1970 vê-se um núcleo de 5 casas numa fila paralela a um braço do rio, todas equidistantes e com orientação noroeste/sudeste. Segundo o diagnóstico dos ASFP este foi um aldeamento que teve 7 barracas de 7 famílias. Actualmente deste assentamento só restam chaminés e alguns pilares de betão.

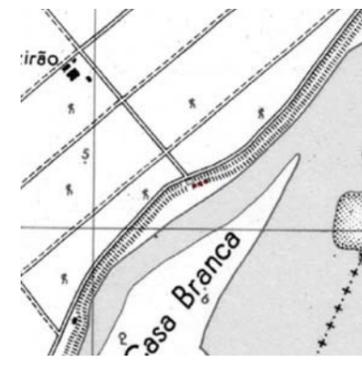
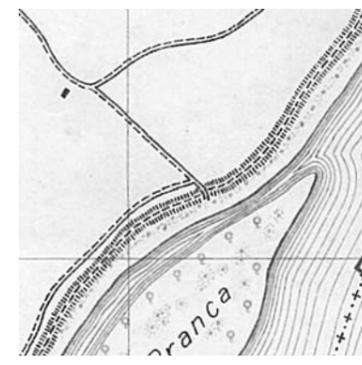
- Cucos e Faias: na carta militar de 1969 são visíveis várias casas espalhadas ao longo da margem do rio, paralelas à linha da água, a cerca de 30 metros desta e encostadas à vala. Actualmente este aldeamento tem duas casas palafitas, uma



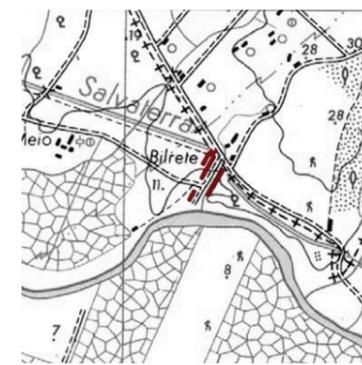
ESCAROUPIM



PALHOTA



PORTO PALHA



ALDEIA DO PEIXE

delas em ruína. No entanto, segundo os ASFP, há figueiras espalhadas ao longo da margem do rio, o que confirma a existência das casas mencionadas nas cartas militares. A orientação das casas é Noroeste/Sudeste e o aldeamento encontra-se desabitado.

- Porto de Sabugueiro: Na carta militar de 1941 vêm-se 3 casas desalinhasdas enquanto na carta de 1970 se vê um núcleo mais consolidado numa linha paralela ao rio e a 50 metros deste. Segundo o diagnóstico dos ASFP, originalmente este núcleo situava-se mais a norte da sua actual localização e tinha 7 barracas, agora as casas estão construídas em alvenaria e ainda são habitadas por Avieiros.

- Escaroupim: Na carta militar de 1941 percebe-se o caudal do rio com largura inferior a 500 metros e uma estrada que seguia paralela ao rio e se direcciona a este antes da Quinta de Escaroupim. Na carta de 1970 o caudal do rio alarga e o aglomerado de casas em linha surge a alguma distância do rio. A estrada de acesso ao aldeamento acaba aí e divide a aldeia em duas partes relativamente ao tipo de construção, do lado oeste, onde chegavam as águas do rio, surgiram 7 casas sobre estacas enquanto na parte este, onde não chegava a água, ergueram-se 32 casas quase todas rés do chão. Na carta de 2007 o rio alarga para quase 1km de extensão, a estrada mantém-se e aldeia cresce com a introdução de novas ruas, perdendo-se o desenho de implantação em linha. Actualmente este aldeamento conta com 14 casas avieiras misturadas com outras casas em alvenaria, orientadas a Noroeste/Sudeste. A aldeia tem ainda o seu caís palafito que é utilizado por pequenos barcos turísticos e é habitada por antigos pescadores avieiros.

- Palhota: na carta de 1970 lê-se um aldeamento constituído por duas filas paralelas ao rio e a cerca de 30 metros deste, orientadas a noroeste/sudeste. Segundo Ernesto Oliveira e Fernando Galhano todas as barracas era erguidas

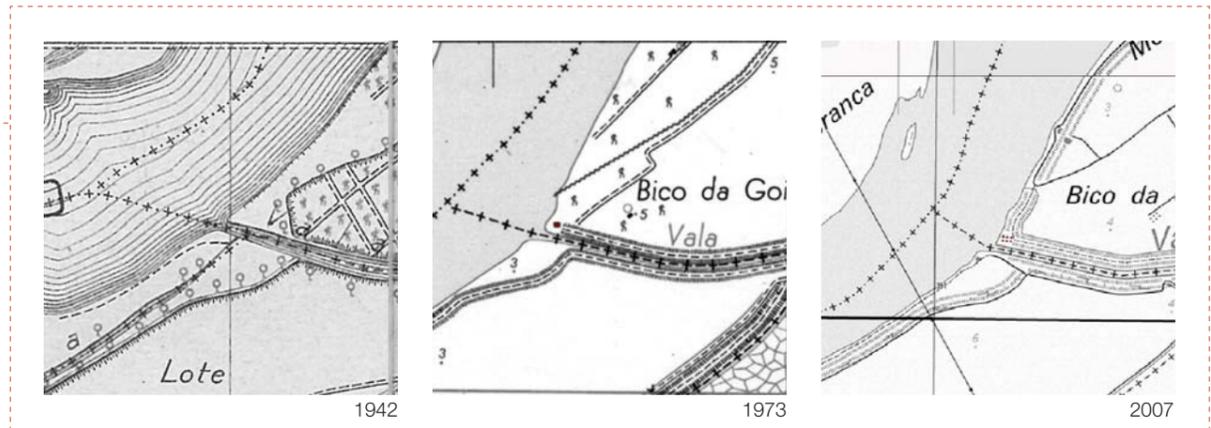
em terreno particular e tal facto impedia o crescimento da pequena aldeia, já que o proprietário se opunha à construção de outras. No entanto na carta de 2007 nota-se que houve um crescimento da aldeia. Actualmente percebem-se características arquitectónicas originais, que correspondem ao assentamento primitivo, com cozinhas exteriores que desenhavam a rua e vê-se também a evidente transformação das palafitas originais com introdução de paredes de alvenaria e alteração da área da casa.

As novas casas surgiram em diversos materiais, fora do alinhamento que o aldeamento original tinha. Tem um pequeno cais palafito um pouco abandonado porque as águas do Tejo, naquela zona já são demasiado baixas. Foi na Palhota que viveu Alves Redol, existindo uma casa museu onde o escritor residiu. É ainda habitada por filhos de avieiros e outras pessoas.

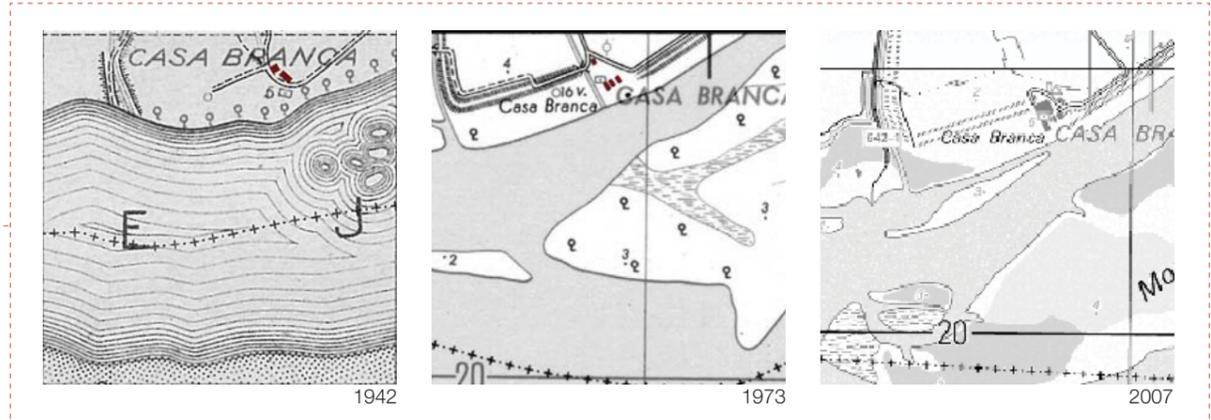
- Porto de Palha: na carta de 1970 vê-se um pequeno aglomerado de casas em linha, paralelas ao rio e a 40 metros deste. Actualmente a aldeia segue a mesma implantação mas com casas em alvenaria à mistura. Pelo diagnóstico dos ASFP existiram neste aldeamento 9 palafitas de madeira e respectivas cozinhas. Actualmente existem algumas palafitas mas o aldeamento está agora cheio de casas em alvenaria.

- Aldeia do Peixe: na carta de 1973 é visível a implantação deste aldeamento em linha perpendicular ao rio, com a casa mais próxima dele a 20 metros com uma orientação este/oeste. Este aldeamento teve cerca de 7 ou 8 barracas no solo que não chegaram a ser elevadas porque àqueles terrenos não chegavam as águas do Tejo. Actualmente não existem barracas porque foram substituídas por casas em alvenaria, construídas no mesmo local que as casas avieiras e seguem a mesma tipologia de cozinha separada.

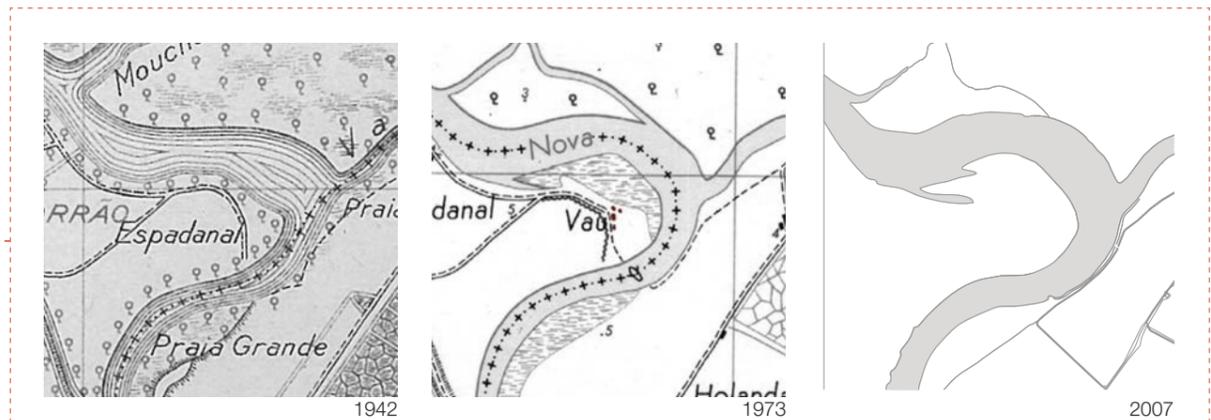
- Boca da Vala: na carta militar de 1973 vê-se, ao lado de um braço do rio que



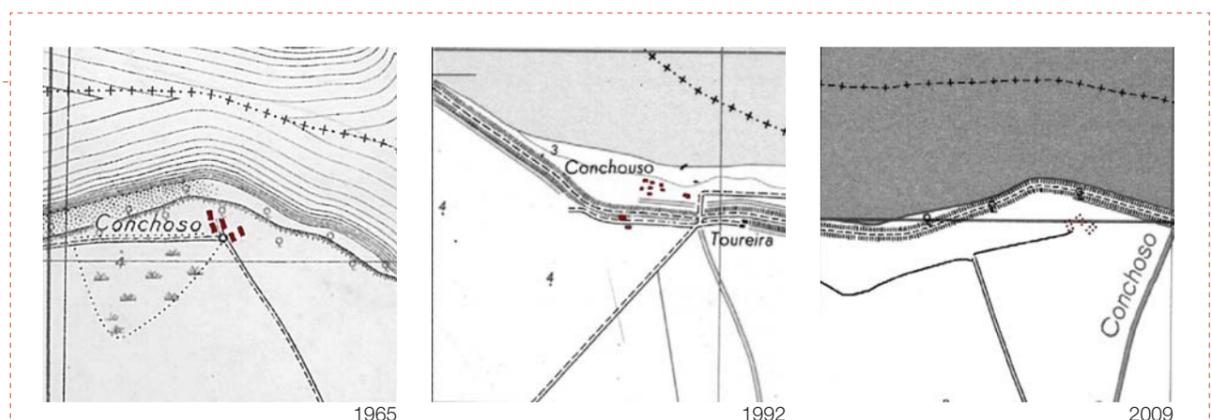
BOCA DA VALA



CASA BRANCA



VAU



CONCHOSO

entra pela terra, uma casa a cerca de 30 metros deste com uma orientação norte/sul. Actualmente este aldeamento é constituído por 4 barracas em ruína avançada.

- Casa Branca: segundo a tese de 1959 o aldeamento divide-se em três núcleos muito separados. É o núcleo mais a norte que dá nome ao aldeamento, no entanto é o núcleo mais perto da praia que se observa nas cartas militares. Na carta de 1938 existiam 2 casas em volta das estradas. Na carta de 1973 houve uma separação do rio em duas partes e o areal entre elas aumentou. O aldeamento de Casa Branca surge com três parcelas, em linha, paralelas ao rio e uma outra separada desse conjunto, todas com orientação Nordeste/Sudoeste. Houve uma evidente alteração das estradas de acesso ao local de implantação. O aldeamento já desapareceu.

- Vau: na carta de 1938 não há nenhuma referência ao aldeamento enquanto na carta de 1973 aparecem casas sem alinhamento e com diferentes orientações a 10 metros do rio, em frente a um terreno que é coberto ou descoberto consoante a altura das águas.

Tinha 2 casas tipicamente avieiras e 4 rés do chão. Este aldeamento desapareceu.

- Conchoso: na carta de 1965 vê-se um núcleo de casas dispostas sem alinhamento que ocupam uma área de 50 metros e distam do rio sensivelmente a mesma distância. Segundo a tese de 1959 o aldeamento era constituído por 3 núcleos bem individualizados, o núcleo mais a norte tinha 11 casas, o núcleo central 3 e de sul 11 casas também. Na carta de 1992 o aldeamento já tinha desaparecido.

- Toureira: na carta de 1973 lêem-se 2 casas em frente uma à outra perpendicularmente e mesmo em frente ao rio, orientadas a norte/sul. Este aldeamento entretanto já desapareceu.



21. Patacão - destruição e natureza

- Esteiro de Nogueira: não se percebeu a localização deste aldeamento nas cartas militares, no entanto foi possível perceber, segundo o diagnóstico dos ASFP, que este aldeamento surgiu por volta dos anos 40/50 quando o sável começou a escassear e os avieiros tiveram que descer o rio à procura de maior abundância de peixe entre Vila Franca de Xira, Póvoa de St. Iria e Alhandra. Este aldeamento era formado por uma fila paralela ao rio que chegou a ter 47 famílias. Tinha também um cais palafítico. A Câmara Municipal de Vila Franca demoliu quase na totalidade o bairro original de pescadores para construir novos blocos de habitação, apesar de ainda existirem algumas barracas antigas.

- Alhandra: Não reconheci o aldeamento nas cartas militares no entanto de acordo com os ASFP as construções palafitas foram substituídas, nos anos 80, pelo actual bairro de pescadores. Também tinha um cais palafítico.

- Póvoa de St Iria: Este aldeamento também não foi reconhecido nas cartas militares mas pela bibliografia existente percebe-se que constituído por três linhas de casas construídas em 1960 pela Câmara de Vila Franca. Em 2007 foram destruídas e os habitantes foram realojados em novos blocos de habitação. Este aldeamento contou com 35 pescadores ainda em actividade até 2011, ano em que o seu cais palafito foi destruído.

Casos de Estudo

Em prol do projecto de salvaguarda e requalificação das aldeias avieiras, no âmbito da candidatura da cultura aveira a património nacional, foi importante estabelecer uma análise e reflexão em torno de um aldeamento habitado e um outro desabitado, de forma a perceber-se o que pode ser feito nestas duas situações que são a realidade avieira actualmente. Os aldeamentos desabitados mostram sinais de destruição avançada e correm o risco de desaparecer em



22. Patação - o antes e o agora

alguns anos se algo não for feito. Os aldeamentos que ainda são habitados, já têm outras casas em alvenaria e outros programas que lhe dão vida e alguma dinâmica, no entanto a construção popular que se desenvolve à volta das casas avieiras camufla a sua existência. Os casos de estudo escolhidos, Escaroupim e Patação de Cima estabelecem essa dualidade, sendo que cada um é estudado individualmente, apesar de terem o mesmo contexto histórico.

Patação de Cima

Sobre o aldeamento do Patação não se encontram muitas coisas escritas nem muitas informação mas é possível, a partir de uma fotografia antiga, perceber-se como aquele espaço era há uns anos atrás. Sentia-se a linha forte de casas do lado do rio, tal como uma série anexos do lado de lá da vala.

Para chegar ao Patação, a partir de Alpiça ou Santarém, é necessário fazer alguns quilómetros onde apenas existe a estrada que percorremos envolvida por campos agrícolas. Surge, depois, um conjunto de casas alinhadas, no meio de toda aquela natureza tão serena, que se chegam a confundir com ela. São fachadas coloridas com pequenas janelas e portas que desenham, no seu todo, um conjunto muito peculiar. O rio, percebe-se quando nos aproximamos, mantém-se sempre atrás da linha de casas e por vezes é escondido pelas árvores.

Num primeiro contacto o núcleo mais antigo e original, mais a norte, passa despercebido porque ainda é a 300 metros da linha de casas que sobressai. É pequeno, está muito degradado e neste momento encontra-se coberto por vegetação, o que dificulta a leitura do seu estado actual. No entanto percebem-se 3 casas, uma delas apenas com metade da estrutura existente e conseguem-se ver ainda alguns pilares de betão de antigas casas desaparecidas. Sabe-se ainda que este conjunto original foi feito por pescadores avieiros.



frente-rio
praia fluvial

rio não navegável

núcleo norte



núcleo sul

acesso automóvel



casas avieiras

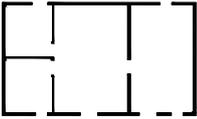
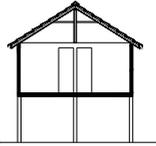
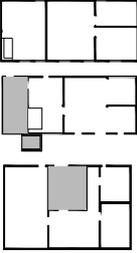
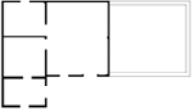
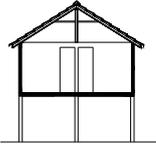
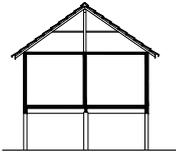
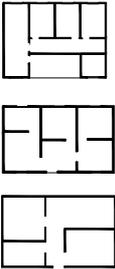


Do núcleo sul sobressai a sua linearidade que é reforçada pela vala que acompanha as casas ao longo de todo o aldeamento e que está à cota das varandas elevadas. Subindo para esta vala a vontade é de segui-la até ao seu fim e dessa forma vislumbrar todas as casas que seguem ligeiros alinhamentos variados. Neste núcleo ainda existem 16 casas palafitas, com uma onde não é possível entrar no interior devido à sua instabilidade estrutural. Desta fila há uma falha a meio causada pela queda de 5 casas que actualmente são ruínas de betão e madeira. Pode-se também dizer que esta falha divide o aldeamento entre as casas que se encontram em melhor estado daquelas que estão cobertas de vegetação e mais instáveis.

Todas as casas e respectivas varandas estão elevadas sobre estacas, agora de betão ou tijolo. A sua varanda, também de betão, faz o acesso pela vala ao interior da casa e muitas delas estão destruídas ou em muito mau estado.

Neste núcleo são visíveis três tipologias interiores diferentes. A maioria das construções têm o seu interior dividido em três partes, tendo como divisão central a sala, com quartos e cozinha nas laterais. É utilizado o pé direito total, o que deixa perceber toda a estrutura da construção. Sobre esta tipologia há variações na dimensão da própria casa; na distribuição dos quartos e cozinha, que variam da esquerda para a direita e vice-versa; na introdução de subdivisões na tipologia existente e introdução de novos elementos exteriores em alvenaria de tijolo. Algumas destas tipologias têm fogão de sala em tijolo e cimento na cozinha.

Há uma casa que tem o seu interior dividido em duas partes, quartos de um lado e sala do outro. Tem, ao que parece, uma cozinha exterior em alvenaria de tijolo. Há ainda três casas que têm um pé direito igual em todo o interior porque têm um tecto falso de madeira, o que costumava acontecer nas casas mais ricas em

CARACTERÍSTICA PRINCIPAL	OUTRAS CARACTERÍSTICAS	VARIACIONES
 <p>planta dividida em 3 partes, com sala central, quartos e cozinha nas laterais</p>	 <p>pé direito total</p>	 <ul style="list-style-type: none"> - posição dos quartos - subdivisões na tipologia - fogão de sala na cozinha - novos elementos exteriores
TIPOLOGIA A		
 <ul style="list-style-type: none"> - planta dividida em 2 partes, com quartos e sala - cozinha exterior em alvenaria no rés do chão - elemento exterior em alvenaria 	 <p>pé direito total</p>	<p>exemplo único</p>
TIPOLOGIA B		
 <p>tecto falso</p>	<p>sem outras características</p>	 <p>divisão tipológica variável</p>
TIPOLOGIA C		

Vieira de Leiria. As plantas destas casas são diferentes entre si.

A estrutura do primeiro piso da casa é de madeira, com os pilares que suportam a casa em betão e alguns elementos de parede exterior em zinco. Este núcleo sul, segundo antigos moradores deste aldeamento, foi na íntegra construído por um carpinteiro. A estrutura das casas é idêntica, com variações nas dimensões da própria casa e dos materiais. O telhado cerâmico em duas águas é suportado por vigas horizontais ao comprimento da casa que assentam sobre pilares assentes nas tábuas do chão. As paredes interiores e exteriores utilizam o sistema pau a pique, pelo entrelaçamento de madeiras verticais fixadas com vigas horizontais. São forrados, por vezes, a contraplacado no interior e, sempre, com ripas de madeira verticais no exterior, com aberturas para as janelas e portas nas fachadas maiores.

No interior das casas de pé direito total é possível verificar que alguns quartos têm um pé direito mais baixo porque os tabiques que os dividem suportam um tecto que permite uma outra divisão em cima. Nas casas que têm tecto falso em todo o seu interior há a introdução de vigas horizontais à largura e comprimento que agarram o tecto falso de contraplacado.

O chão da casa está assente em vigas horizontais à largura que assentam em, normalmente, 3 vigas horizontais ao comprimento assentes nos vários pilares, actualmente de betão ou tijolo, que contactam com o chão.

As cores têm aqui uma correspondência que também se mantém ao longo das casas. No interior, as cores utilizadas são normalmente claras e variam entre amarelo, castanho, azul, branco, rosa, verde e cinza. Os quartos parecem sempre rosa e azul enquanto as outras divisões vão variando entre as outras cores.

Como aldeamento desabitado, o Patacão confronta-se com uma arquitectura



25. Escaroupim - o antes e o agora

em ruína pela falta de uso e manutenção, transparecendo as décadas que passaram por ele, ao mesmo tempo que nos conta histórias pela sua arquitectura de camadas, postas e sobrepostas pelo tempo e pela necessidade. Como não está habitado e apenas o som da natureza nos deixa ouvir o que ali se passa, o silêncio daquelas construções fala muito alto. É um aldeamento que não tem saneamento básico, nem electricidade e as suas construções estão abandonadas ao vento que passa. Resta a memória do que foi se não se conseguir que se construam outras novas a partir do que poderá ser.

O facto do Patacão se estender por uma zona completamente desabitada, sem outras construções na sua envolvente é um ponto favorável pelo seu intenso contacto com a natureza ao mesmo tempo que também tem desvantagens. Com as casas avieiras abertas, tantos recantos deixados ao vento, todo aquele abandono, sem ninguém que o dinamize torna este aldeamento perigoso.

O único momento em que o aldeamento acolhe mais pessoas é no final do mês de Agosto com o Festival do Patacão, uma iniciativa preparada por um grupo de jovens de Alpiarça, pela AIDIA (Associação Independente de Desenvolvimento Integrado em Alpiarça), pela Câmara Municipal e pela Junta de Freguesia. Com esse festival pretendem começar a devolver o Patacão às pessoas e a alertá-las para a necessidade de preservar valores patrimoniais e culturais.

Escaroupim

A aldeia do Escaroupim, a única cujas casas não estão viradas para o Tejo, não sendo das mais belas nem das mais típicas aldeias, possui, como nas Caneiras, um ar urbano¹, ar esse que vem dessa rua larga do lado norte onde, dum e doutro lado, as casas se dispõem muito alinhadas.⁵⁸ Pelas fotografias antigas vê-se um

58 Santos, M. N. (1959). *Os avieiros: Estudo de Geografia Humana*. p. 43.



frente-rio
casa museu e casa aviera 1

acesso barco

casas avieiras



chegada automóvel
e centro cultural

acesso automóvel

ESPAÇOS: A - restaurante; B - arrumos; C - arrumos apoio agricultura; D - centro cultural; E - arrumos barcos; F - frogorifico de peixe; G - escola primária; H - Igreja.

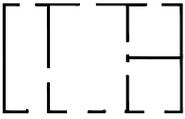
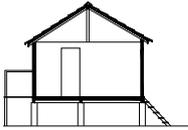
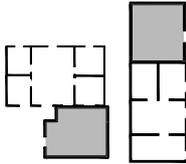
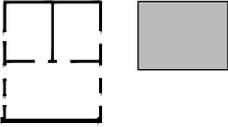
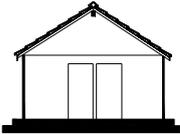
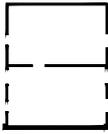
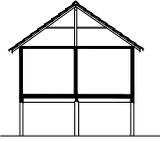


Escaroupim com um conjunto de casas dispostas em grande unidade. Não havia uma linha de rua definida nem havia passeios, no entanto, as casas soltas eram agarradas pelo chão e o seu desenho desalinhado, com pequenas diferenças de altura e disposição, era unificado pelo material e pelo conjunto de portas e janelas das fachadas.

A chegada ao Escaroupim, para quem vem do lado de Marinhais, é feita por uma estrada de areia, um percurso lento que nada diz sobre o que vamos ver. Quando se chega, percebem-se apenas as casas em alvenaria, o que nos deixa com dúvidas sobre estarmos mesmo num assentamento avieiro. Mas à medida que nos aproximamos do rio, as casas avieiras aparecem entre todas as outras, com o Tejo em frente, desenhado por entre umas árvores, ali ao fundo onde a estrada acaba e começa o cais palafítico. Este aldeamento não tem o ar do aldeamento avieiro que já foi, no entanto, o seu encanto e o que o torna especial, ainda reside no que resta dessa cultura: as casas em madeira que se misturam entre as outras e o seu cais palafítico que acolhe os pescadores e deixa receber as pessoas de fora que chegam em pequenas embarcações turísticas.

Depressa nos chega a Dona Cacilda, com uma chave na mão, a queixar-se da vida ao mesmo tempo que nos leva a uma visita guiada pelo interior da casa museu. Abertas as portas e janelas vemos, através da sua decoração, muita cor no interior e uma distribuição simples de cozinha, sala e quartos, um espaço pequeno pelo reduzido tamanho das divisões. As restantes casas da aldeia, ou se encontram habitadas com algumas alterações de tipologia e introdução de reforço nas paredes, ou estão abandonadas e em pior estado.

A aldeia é composta por um cruzamento de dois eixos principais, o de acesso que é perpendicular ao rio e um outro original que distribui as casas paralelamente à linha de água. É sobre a estrada paralela que se encontram as

CARACTERÍSTICA PRINCIPAL	OUTRAS CARACTERÍSTICAS	VARIAÇÕES
 <p data-bbox="300 763 555 837">planta dividida em 3 partes, com sala central, quartos e cozinha nas laterais</p>	 <p data-bbox="675 763 799 790">pé direito total</p>	 <p data-bbox="911 763 1182 813">- quartos do lado esquerdo - introdução de cozinha exterior</p>
TIPOLOGIA A		
 <p data-bbox="300 1218 571 1312">- planta dividida em 2 partes, com quartos e sala - cozinha exterior em alvenaria no rés do chão</p>	 <p data-bbox="675 1218 799 1245">pé direito total</p>	 <p data-bbox="935 1218 1222 1267">destruição da parede divisória dos quartos</p>
TIPOLOGIA B		
 <p data-bbox="379 1682 475 1709">tecto falso</p>	<p data-bbox="627 1563 850 1590">sem outras características</p>	<p data-bbox="938 1682 1153 1709">divisão tipológica variável</p>
TIPOLOGIA C		

casas originais avieiras, com as suas madeiras coloridas e entrecaladas entre as outras construções populares em alvenaria que surgiram mais tarde. Olhando com mais atenção percebe-se a divisão da aldeia, do lado esquerdo predominam as construções elevadas sobre estacas e, do outro, as rés do chão. Esta aldeia conta já com muitas casas em alvenaria de construção popular, um centro recreativo, uma igreja, uma escola primária e um restaurante. Deste programa apenas o restaurante, de exploração privada, se encontra aberto.

As casas avieiras deste aldeamento estão na sua maioria desabitadas, sendo que apenas três ainda se encontram habitadas por antigos avieiros, e uma outra é a casa museu. Algumas casas avieiras desabitadas encontram-se circundadas por um muro, que as fecha e protege de visitas alheias. Não foi possível ver o interior de todas as casas porque algumas delas encontram-se fechadas e estão, desse modo, inacessíveis.

No núcleo poente as casas 1 e 2 estão sobre estacas, têm escadas na fachada virada ao rio e varanda atrás. A sua tipologia interior divide-se em 3 partes, sala ao centro, quartos e cozinha nas laterais. É utilizado o pé direito total, o que deixa perceber toda a estrutura da construção. Sobre esta tipologia há a introdução de uma cozinha exterior em alvenaria de tijolo na casa 2.

As casas do lado nascente são todas rés do chão, excepto a casa 3 e 4 que ainda são elevadas. As casas 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11 têm um tipologia que divide o espaço em duas partes, com sala e quartos e com uma cozinha no exterior em madeira ou alvenaria. É de salientar a casa 12 que tem uma tipologia dividida em 3 divisões e orientação diferente de todas as outras casas da aldeia.

Os tipos de materiais utilizados vão variando entre madeira, telha cerâmica, betão e tijolo. Em termos construtivos pode verificar-se o mesmo sistema de construção utilizado no Patacão, no entanto observou-se nas casas ainda

habitadas que há a introdução de um revestimento de placas de madeira que tapam toda a estrutura do telhado e paredes, garantindo mais conforto no interior da habitação.

O Escaroupim é um aldeamento com uma beleza característica, pela paisagem e construções avieiras, o que faz com que receba muitos turistas diariamente. O seu porto palafítico foi recentemente restaurado, sendo uma boa porta de entrada de barcos turísticos, para além dos autocarros que chegam com frequência. É um aldeamento com imenso potencial mas que não está a ser aproveitado na sua totalidade.

Os antigos pescadores que vivem no Escaroupim, já reformados e calejados pela vida, passam todo o seu tempo ali, sendo que, para além das suas rotinas diárias de vida doméstica e pequena agricultura, nada mais têm para fazer senão ver as pessoas que passam e falar sobre a vida. Com o encerramento da associação recreativa do Escaroupim perdeu-se o espaço de reunião e convívio destes pescadores. Encontramo-los na sombra das árvores no Verão e ao sol no Inverno. Com eles se passa um bom bocado na conversa sobre as suas vidas no barco, a construção de algumas casas que ali estão, mesmo à nossa frente... um contexto histórico e humano na primeira pessoa que não se consegue em muitos sítios. Questionados sobre o que falta naquela sua aldeia eles não demoram a responder, são perspicazes e muito coerentes nas suas ideias.

Além da casa museu, tudo o que resta da construção avieira naquele espaço passa facilmente despercebido, porque não há uma linha orientadora que leve as pessoas a visitar o que ainda resta entre as casas de alvenaria posteriormente construídas. Para além de que as casas se encontram escondidas dentro dos muros construídos à sua volta. Para a recepção dos turistas só há o restaurante e as mesas de piquenique (existentes no largo em frente ao rio), não há instalações

sanitárias ou algum posto de informação que esclareça as pessoas sobre aquele espaço que visitam e apenas a Dona Cacilda tem a chave da casa museu. Ora, um turista que chega numa hora em que ninguém está na rua não tem oportunidade de ver mais nada para além das casas pelo exterior. É, então, importante e necessário repensar o aldeamento tendo em conta estas problemáticas, de forma a melhorar a vida dos habitantes, melhorar a recepção aos turistas e garantir mais vitalidade àquele espaço, com uma base sustentável e geradora de alguma dinâmica económica.

PROPOSTA

Falar de Património é falar de uma herança individual ou colectiva, e esta herança tanto pode ser entendida como um legado específico constituído por um conjunto objectivo de bens que nos foi entregue pelos nossos antepassados, como poderá ser entendida como um conjunto objectivo de bens que constituirá um legado específico a ser por nós entregue aos nossos vindouros. Ou seja, fala-se da responsabilidade pelo valor de algo que vem de antes de nós e da responsabilidade pelo valor de algo que, com o nosso contributo, estará depois de nós ou que esperamos que assim aconteça. Por outro lado, falar de património, em qualquer contexto sociocultural, é falar, também de reconhecimento público. Desde logo, reconhecimento partilhado nessa mesma herança que é, em simultâneo, identidade colectiva e que, por assim ser, merece reconhecimento institucional. É este duplo reconhecimento que permite, por um lado, a respectiva protecção e, por outro, garante o respectivo processo de consolidação e/ou de continuidade.

João Belo Rodeia ⁵⁹

59 Rodeia, J. B. (2006). *Inquérito Arquitectura do Século XX em Portugal*, p. 67.



28. pescador avieiro a desenhar a sua casa

Pertinência de reabilitação

Já muitos trabalhos académicos foram feitos sobre a cultura avieira mas muito poucos incidiram sobre projectos de requalificação dos aldeamentos. As propostas que se seguem são pertinentes na medida em que pretendem abrir o debate urgente que é preciso ter sobre este tema. Se já era pertinente falar da reabilitação destes espaços pela sua valorização, mais pertinente se torna agora pela candidatura desta cultura a património nacional porque haverá verbas destinadas a essas propostas caso a candidatura seja aceite.

No contexto de instabilidade económica e globalização que se faz sentir nos dias de hoje acho necessário partir e dinamizar o que nos distingue dos demais, como factor de desenvolvimento e afirmação cultural. A cultura avieira é o último exemplo palafítico na Europa e uma excelente forma de olhar para a arquitectura popular. A requalificação deste património, feita de forma consciente e com uma base de investimento sustentável, pode tornar-se num excelente exemplo dinamizador daquela região.

A experiência do lugar

Nos primeiros meses do ano de 2012 foram feitas, no Patacão de Cima, sessões de limpeza do lixo, vegetação abundante e entulho das casas caídas de forma a manter o aldeamento mais intacto. Foi o meu primeiro contributo para esta causa e permitiu que depressa me interessasse pela defesa do local. Durante o verão de 2012 visitei os outros aldeamentos e procedi aos levantamentos técnicos do Patacão e Escaroupim.

Toda esta experiência me fez contactar com a dinâmica daqueles locais, conhecer os habitantes que ainda fazem dos aldeamentos avieiros a sua casa, as pessoas



29. voluntários e antigos moradores nas limpezas do Patacão

que os visitavam intencionalmente, as que passavam por acaso e paravam maravilhadas e ainda aquelas que fazem destes locais um refúgio sazonal. Os longos momentos passados nos aldeamentos, análises, levantamentos técnicos, os muitos quilómetros feitos de carro e pequenas viagens de barco permitiram compreender a realidade avieira de forma muito autêntica e realista.

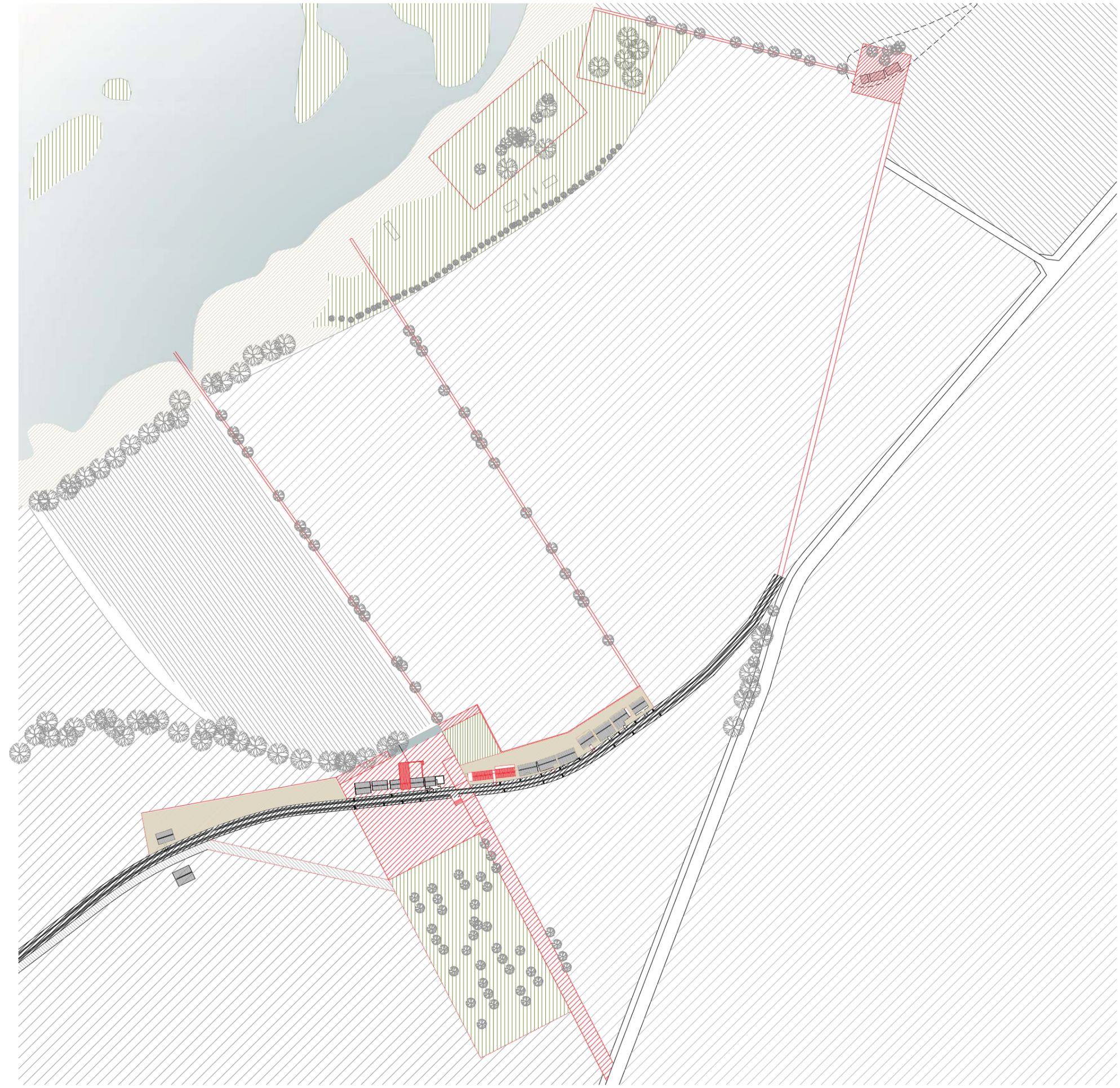
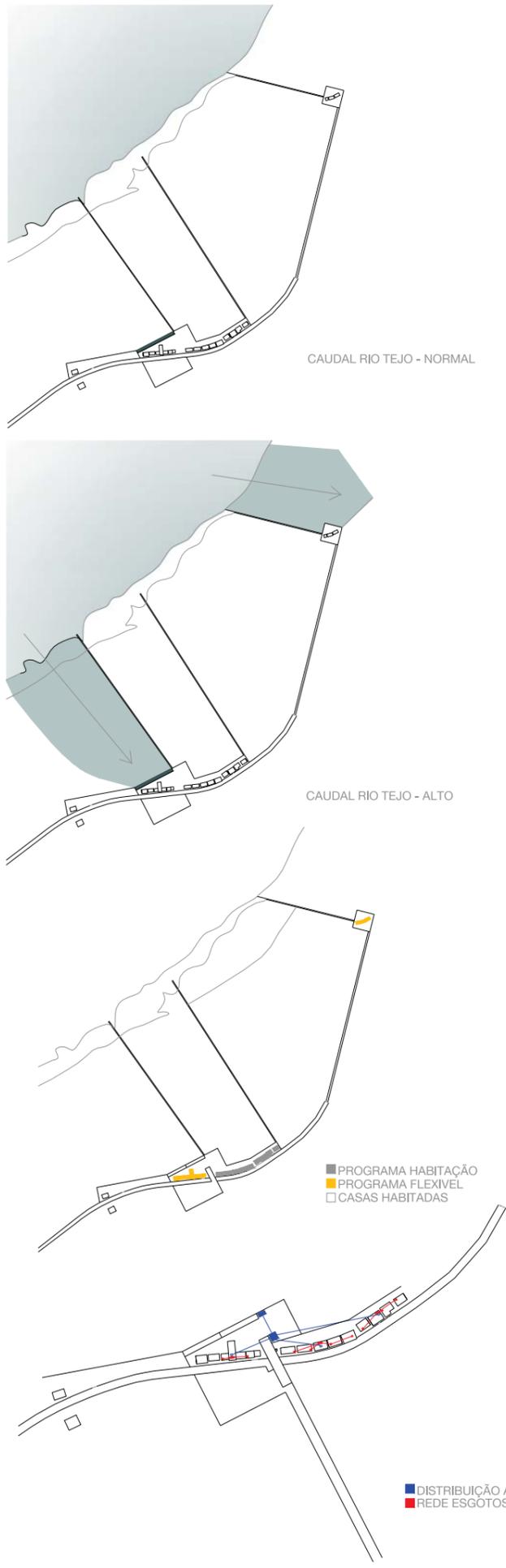
As pessoas destes locais olham-nos sempre de lado num primeiro contacto mas, depois de lhes oferecermos umas palavras simpáticas e mostrarmos entusiasmo pela sua terra, abrem-nos um sorriso grande e falam de toda a sua vida. Vida essa, de trabalho, que os transformou em pessoas desconfiadas e que vêm no recanto do seu lar a segurança do seu dia-a-dia. Pessoas simples e humildes que o pouco que sabem é o muito que se tem esquecido – o labor das terras, o pescar no rio, as vivências e experiências que já não se vivem mais porque o mundo mudou. De olhar cansado, de mãos calejadas e doenças da velhice, queixam-se do mal do mundo que ouvem falar pelos outros – é o popular, é um Portugal que está a morrer devido à idade que por ele passa.

A proposta

Como o arquitecto Peter Zumthor menciona acerca do seu trabalho “as emoções e o sentimento são a base e o intelecto compreende, ordena, transforma.”¹ Foi a partir da emoção do que vi durante as minhas visitas aos aldeamentos que construí as minhas histórias para a re-invenção daquelas realidades físicas.

Outra opção adoptada neste projecto foi partir dos orçamentos já estabelecidos pela candidatura a património. Nesse orçamento está estipulado 1 milhão de euros a cada um dos aldeamentos escolhidos.

1 Zumthor, P. (2007). *Jornal dos Arquitectos*. p. 45.



Patação de Cima

O rio e a natureza por terem uma presença tão forte neste local moldam e alteram o território. Ao longo das diferentes estações do ano este aldeamento passa de um verde completo com o rio ao fundo para um castanho inundado de água. São belezas distintas de apenas um lugar. O projecto tinha que se adaptar ao diferentes caudais do rio durante o ano, protegendo, também dessa forma, o património avieiro.

Uma vez que o aldeamento se encontra desabitado e não é suficientemente seguro quando frequentado por poucas pessoas, a estratégia de intervenção passou por entender aquele local como um ponto que pudesse atrair pessoas em grande número e actividades que pudessem surgir da envolvente e das características da arquitectura existente. Partindo dessa ideia pensou-se num espaço que pudesse potenciar o já existente Festival do Patação ou acolher outros eventos de semelhante escala a nível artístico ou outros; ou como um aldeamento de turismo rural em alturas específicas do ano. Uma vez melhoradas as condições das palafitas as mesmas poderiam ser utilizadas por agricultores em alturas de colheitas para repouso nocturno – como já o fazem na realidade mas agora com uma boa qualidade habitacional.

Outro ponto pretendido era deixar permanecer a aparência e volumetria exterior das casas avieiras. As camadas de tinta gastas pelo sol não têm uma cor reproduzível, tal como as suas camadas de tempo que, no seu conjunto, permitem uma leitura muito coesa do aglomerado.

O desenho territorial

O desenho do aldeamento realiza-se a partir da vala já existente, que faz a ligação entre os dois núcleos de casas ao mesmo tempo que agarra percursos



31. comboio na paisagem - Ryan Schoenfeldt

que se dirigem à praia fluvial. A vala e as áreas adjacentes às casas estão acima do nível máximo do rio, o que as transforma em espécies de ilhas durante a estação de cheias e em locais protegidos da vegetação na época de calor. Esses percursos em linha até ao rio estabelecem uma relação entre a praia, um espaço em frente à praia onde se faz o festival e os núcleos de casas avieiras.

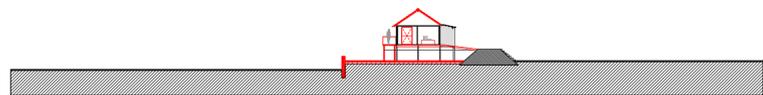
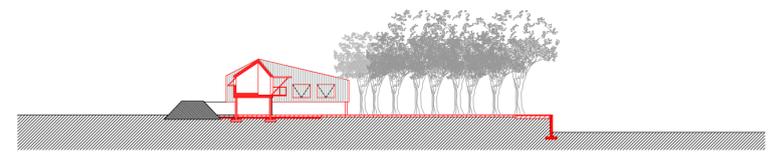
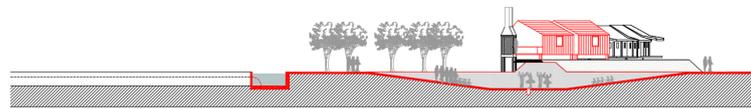
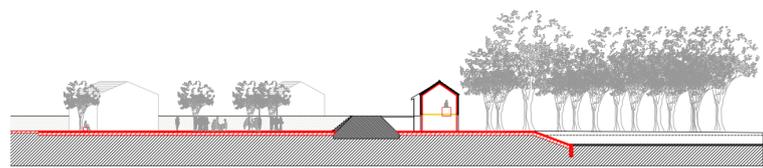
Sendo que o aldeamento se ia transformar, entre a ausência de pessoas a um público alargado, os espaços tinham que revelar essa dualidade e ser versáteis. O desenho de território pretende ser muito minimalista, intervir pouco na natureza existente, tirar partido das cotas do terreno moldadas pelas águas do rio e encontrar um forma subtil de dialogar com o território, a partir de um desenho que não a tentasse imitar mas que também não fosse demasiado evasivo. Daí surge o pavimento dos núcleos das casas em pedra calcária da região e o estacionamento com pavimento terracota que tentam camuflar-se com alguma regra no chão existente e ser parcialmente permeáveis. Os percursos que vão até à praia são em gravilha nas linhas finas pontuadas por árvores que se estendem pelos campos agrícolas.

O aglomerado construído mais a sul, pelo estado e número de palafitas avieiras, foi tido como a zona principal do aldeamento, contendo mais diversidade programática, enquanto o aglomerado norte ao estabelecer o fim da vala e agarrar um dos percursos que vai até à praia fluvial se manifesta como um ponto de passagem.

A vala é orientadora da linha de casas avieiras que se distribui como se a linha de um comboio se tratasse e que mais tarde se unem como se fossem carruagens desse mesmo comboio. A vala, da sua função original de proteger os terrenos agrícolas das águas do Tejo, separa espacialmente o lado norte habitado do lado sul onde nenhuma construção existe. Uma rampa rompe com a essa vala



32. vista sobre o conjunto



ESPAÇOS: 1 - tanque; 2 - espaço exterior flexível; 3 - espaço polivalente; 4 - zona técnica; 5 - atelier;

PATAÇÃO DE CIMA - Planta rés do chão - cota 11.0, cortes A, B, C, D e E - escala 1.500

